



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
Curso de Infantaria**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**Actividades Irregulares. Actualidade e Relevância de um
Conceito Milenar.**

Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria Gonçalo Amaro Bernardo Pereira

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António da Silva Cardoso

Lisboa, Agosto de 2011



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
Curso de Infantaria**

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**Actividades Irregulares. Actualidade e Relevância de um
Conceito Milenar.**

Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria Gonçalo Amaro Bernardo Pereira

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António da Silva Cardoso

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

Ao meu primo Tiago (*in memoriam*),
que dignamente me apresentou o valor da
vida e o caminho da persistência e
abnegação.

AGRADECIMENTOS

Finalizada uma etapa particularmente importante da minha vida, não poderia deixar de manifestar o mais profundo reconhecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta longa caminhada e contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Tenente-Coronel de Infantaria António Cardoso, um grato agradecimento pela sua competência na orientação do trabalho. O apoio prestado sistematicamente durante toda a investigação e o espírito crítico demonstrado foi crucial para o enlace da mesma.

Ao Professor Doutor José Fontes pelas suas orientações ao longo da realização da investigação e pelo constante incentivo.

Ao Tenente-Coronel Delfim Fonseca do Centro de Tropas de Operações Especiais pela sua disponibilidade e compreensão para a cedência da entrevista que muito enriqueceu o trabalho.

Ao Tenente-Coronel Pinto Prata do Quartel-General de Operações Especiais pela gentileza e pela nobre partilha de conhecimentos durante a entrevista.

Ao Tenente-Coronel Ruivo do Centro de Tropas Comandos pela sua disponibilidade, camaradagem e compreensão para a cedência da entrevista.

Ao Major Grilo do Estado-Maior do Exército, pela disponibilidade e cortesia da entrevista concedida.

À D. Paula pelo enorme interesse e disposição em colaborar sempre que solicitada a sua ajuda.

Aos companheiros do meu curso de Infantaria, os precursores de tudo, que exemplificam a pura amizade, a dedicação e o aprimoramento contínuos.

Aos meus amigos e família pela compreensão e apoio incondicional em todos os momentos, principalmente nos de incerteza.

À escola de excelência que é a Academia Militar, por todos os valores transmitidos.

ÍNDICE GERAL

| | |
|--|-----------|
| DEDICATÓRIA..... | I |
| AGRADECIMENTOS | II |
| ÍNDICE GERAL | III |
| ÍNDICE DE FIGURAS | V |
| ÍNDICE DE QUADROS | VI |
| LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS..... | VII |
| RESUMO..... | VIII |
| ABSTRACT..... | IX |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| | |
| I – SUSTENTAÇÃO TEÓRICA..... | 5 |
| CAPÍTULO 1 – O ACTUAL AMBIENTE OPERACIONAL..... | 5 |
| 1.1 CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL | 5 |
| 1.2 FACTORES DETERMINANTES DO AMBIENTE OPERACIONAL..... | 6 |
| 1.3 CONFLITOS ASSIMÉTRICOS | 8 |
| 1.4 NATUREZA DA AMEAÇA | 9 |
| | |
| CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO E LEGAL DAS ACTIVIDADES IRREGULARES..... | 11 |
| 2.1 OPERAÇÕES NÃO CONVENCIONAIS | 11 |
| 2.1.1 ACTIVIDADES IRREGULARES | 12 |
| 2.1.2 ACTIVIDADES IRREGULARES | 12 |
| 2.1.3 ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DAS FORÇAS IRREGULARES..... | 14 |
| 2.2 SITUAÇÃO NACIONAL..... | 15 |
| 2.2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA | 16 |
| 2.2.2 LEI DE DEFESA NACIONAL | 17 |
| 2.2.3 CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL | 18 |
| 2.2.4 CONCEITO ESTRATÉGICO MILITAR | 19 |
| | |
| CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO E ACTUAÇÃO DA SUBVERSÃO | 20 |
| 3.1 ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS IRREGULARES..... | 20 |
| 3.2 FASES DA SUBVERSÃO | 21 |
| 3.3 MODOS DE ACTUAÇÃO | 22 |
| 3.3.1 TERRORISMO..... | 23 |
| 3.3.2 GUERRILHA | 24 |
| 3.4 FENÓMENO SUBVERSIVO NA ACTUALIDADE | 24 |

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 4 – OPTIMIZAÇÃO DAS RESPOSTAS À SUBVERSÃO..... | 26 |
| 4.1 SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO | 26 |
| 4.2 ACÇÃO DA CONTRA-SUBVERSÃO | 27 |
| 4.3 MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS NA CONTRA-SUBVERSÃO | 28 |
| | |
| II – SUSTENTAÇÃO PRÁTICA..... | 29 |
| CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA..... | 29 |
| 5.1 MÉTODO DE ABORDAGEM..... | 29 |
| 5.2 PROCEDIMENTO E TÉCNICAS..... | 30 |
| 5.2.1 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO | 30 |
| 5.2.1 ENTREVISTAS | 30 |
| 5.2.3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA | 31 |
| 5.2.4 MEIOS UTILIZADOS | 31 |
| | |
| CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS... | 32 |
| 6.1 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS | 32 |
| 6.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS | 34 |
| | |
| CONCLUSÕES | 38 |
| RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS | 41 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA..... | 42 |
| APÊNDICES..... | 46 |
| APÊNDICE A – CORPO DE CONCEITOS..... | 47 |
| APÊNDICE B – MODELO DE INVESTIGAÇÃO | 49 |
| APÊNDICE C – CONFLITOS SIMÉTRICOS E CONFLITOS ASSIMÉTRICOS..... | 50 |
| APÊNDICE D – TEORIZADORES DA SUBVERSÃO | 51 |
| APÊNDICE E – GUIÃO DA ENTREVISTA..... | 53 |
| APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS..... | 55 |
| APÊNDICE G – QUADROS COM RESULTADOS DAS ENTREVISTAS..... | 68 |
| ANEXOS | 73 |
| ANEXO H – NATUREZA E TIPOLOGIA DOS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS.. | 74 |
| ANEXO I – ESPECTRO DAS OPERAÇÕES MILITARES | 77 |
| ANEXO J – GUERRA SUBVERSIVA..... | 78 |
| ANEXO K – CAPACIDADES DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS..... | 79 |
| ANEXO L – GUERRA CONVENCIONAL E GUERRA IRREGULAR | 80 |
| ANEXO M – OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NO AFEGANISTÃO | 81 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura B.1 – Modelo de Investigação do Trabalho | 49 |
| Figura B.2 – Estrutura do Trabalho | 49 |
| Figura I.3 – Espectro das Operações Militares. | 77 |
| Figura J.4 – Guerra Subversiva. | 78 |
| Figura L.5 – Contraste entre a Guerra Convencional e a Guerra Irregular..... | 80 |
| Figura M.6 – Panfleto de Operações Psicológicas..... | 81 |
| Figura M.7 – Exemplo de mensagem subversiva..... | 82 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro G.1 – Análise de resultados da questão I..... | 68 |
| Quadro G.2 – Análise de resultados da questão II..... | 69 |
| Quadro G.3 – Análise de resultados da questão III..... | 70 |
| Quadro G.4 – Análise de resultados da questão IV. | 70 |
| Quadro G.5 – Análise de resultados da questão V. | 71 |
| Quadro G.6 – Análise de resultados da questão VI. | 72 |
| Quadro G.7 – Análise de resultados da questão VII. | 72 |
| Quadro H.8 – Natureza e tipologia dos conflitos armados. | 76 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ACI** – Área Controlada pelo Inimigo
 - ACM** – Área Controlada pelo Movimento
 - ActIrreg** – Actividades Irregulares
 - ADC** – Área de Duplo Controlo
 - AI** – Acção Indirecta
 - AM** – Academia Militar
 - Anx** – Anexo
 - AO** – Ambiente Operacional
 - CB** – Campo de Batalha
 - CEDN** – Conceito Estratégico de Defesa Nacional
 - CEM** – Conceito Estratégico Militar
 - COIR** – Curso de Operações Irregulares
 - CRP** – Constituição da República Portuguesa
 - EUA** – Estados Unidos da América
 - FA** – Forças Armadas
 - Flrreg** – Forças Irregulares
 - FND** – Força Nacional Destacada
 - FOE** – Forças de Operações Especiais
 - IED** – *Improvised Explosive Devised* (Aparelho Explosivo Improvisado)
 - IESM** – Instituto de Ensino Superior Militar
 - In** – Inimigo
 - ISAF** – *International Security Assistance Force* (Força Internacional de Assistência)
 - LDN** – Lei de Defesa Nacional
 - MDN** – Ministério da Defesa Nacional
 - N.º(s)** – Número(s)
 - OE** – Operações Especiais
 - ONC** – Operações Não Convencionais
 - p.** – Página
 - QD** – Questão Derivada
 - QP** – Quadro Permanente
 - s.d.** – Sem data
 - TIA** – Trabalho de Investigação Aplicada
 - TO** – Teatro de Operações
 - Vol.** – Volume
-

RESUMO

Num mundo cada vez mais global e complexo, surge a necessidade de uma dinâmica de mudança no modo de se fazer a guerra, pela efectividade de ameaças predominantemente não militares, de natureza mais difusa e imprevisível. As guerras tradicionais, que colocavam frente a frente actores puramente militares, deram lugar ao combate entre, e pela população. O futuro da condução da guerra passará pela materialização de Operações Não Convencionais, que surgem com destaque ao longo do presente trabalho, onde o fenómeno subversivo assume um papel decisivo.

Este estudo incide na importância que os conhecimentos adquiridos no âmbito das Actividades Irregulares, e em particular a subversão, poderão contribuir para perceber melhor a ameaça e a forma como actua e se organiza.

O trabalho inicia com a sustentação teórica centrada na pesquisa documental e partindo do conceito do actual Ambiente Operacional caracterizam-se os factores que o determinam e condicionam, onde se inclui a ameaça como factor preponderante. A investigação percorre a doutrina e a legislação ao encontro das Actividades Irregulares. No seguimento desta linha de pensamento, aparece a subversão, onde se vai analisar a sua organização e modo de actuação.

Na sequência da investigação surge a sustentação prática, contemplando a análise dos resultados obtidos nas entrevistas, que foram realizadas com o intuito de obter uma percepção alargada da utilidade da transmissão de competências na área das Actividades Irregulares.

Chegou-se à conclusão de que a transmissão de competências no âmbito das Actividades Irregulares contribui para uma optimização das respostas operacionais face aos aspectos de subversão que emergem no actual Ambiente Operacional. Propõe-se a aquisição de conhecimentos e de competências em contextos de formação e treino, no âmbito da subversão em diversas circunstâncias.

Palavras-chave: AMBIENTE OPERACIONAL; OPERAÇÕES NÃO CONVENCIONAIS; ACTIVIDADES IRREGULARES; SUBVERSÃO.

ABSTRACT

In a more globalized and complex world, arises the need of dynamic changes in the way of doing war, because of the effectiveness of non predominating military threats, of more diffuse and unpredictable nature. The traditional wars, which placed pure military actors, face to face, where replaced by combats between, and by, the population. The future of the way of waging war will pass by the materialization of unconventional operations, which feature through the length of this work, where the subversive phenomenon takes a main role.

This study focuses on the importance that the proportionate knowledge on the scope of Irregular Activities, and subversion in particular, might partake in a better understanding of the threat and how it acts and how is organized.

The present text begins with the theoretical foundation centered in documental research, and with part of the concept for the current Operational Environment, characterizing the factors that determinate and circumscribes it, where the threat is included as a peremptory factor. The research walks along the doctrine and legislation to meet the Irregular Activities. In the following of this reasoning, arises the subversion, where its organization and way of acting will be analyzed.

In the sequence of the research comes into play the practice foundation, contemplating the analyses of the results obtained through the interviews conducted with the objective of acquiring an extended perception of the utility of the transmission of knowledge in the field of Irregular Activities.

It was attained that the transmission of competences in the field of Irregular Activities contributes to an optimization of operational reactions in the face of the current aspects of subversion emerging in the Operational Environment. It is thus suggested the acquisition of knowledge and skills in the classes of instruction and training in the diverse fields of subversion.

Keywords: OPERATIONAL ENVIRONMENT; UNCONVENTIONAL WARFARE, IRREGULAR ACTIVITIES, SUBVERSION.

INTRODUÇÃO

O contexto mundial tem vindo a sofrer permanentes alterações e profundas mudanças que se reflectem em todos os campos da vida humana. O Campo de Batalha (CB) como parte integrante desta realidade reflecte a influência destas actividades, onde se desenvolvem ambientes dominados pelo avanço tecnológico, pela necessidade feroz do acesso à informação, pela letalidade e perigo do aumento incontrolável da utilização das armas modernas e a crescente consciencialização da importância do Soldado e da sua actuação neste mesmo ambiente (EME, 1987).

Tais mudanças traduziram-se numa diferente tipologia de conflitos. As guerras tradicionais, que eminentemente colocavam frente a frente actores puramente militares, deram lugar ao combate no seio da população e por esta, numa tentativa de conquista das suas mentes e corações.

A tipologia dos meios combatentes, a envolvência do uso da força militar bem como o quadro de intervenção das Forças Militares sofreram uma autêntica revolução, numa dinâmica internacional. Ganharam relevo as respostas no âmbito de gestão de crises, nas operações humanitárias e de apoio à paz, enquanto as estratégias de dissuasão perdem peso. Tendencialmente estas respostas são planeadas e executadas com base nos efeitos a obter, através da acção conjunta e combinada, bem como, utilizando outros processos de menor risco recíproco e mais económicos, mas que se pretendem de igual eficácia, sobretudo nos conflitos assimétricos (Garcia, 2007a).

Esta forma de actuação consubstancia-se em processos tipicamente utilizados em estratégias do fraco contra o forte e tem sido adoptada por diversos actores internacionais, incluindo os próprios estados que diligenciam empregar estes processos, criando Forças com uma organização própria, preparadas e treinadas para o efeito.

Estes processos consistem principalmente, em actuar com recurso a diversas técnicas, tácticas e meios que materializem uma ameaça, de forma encoberta, por regra, no interior do território do Inimigo (In), ou por ele controlado, sobre alvos que constituam potencial de combate adverso e empregando todas as formas de coacção: acções de natureza psicológica, política, diplomática, económica e militar (Exército Português, 2010).

A envolvência do que fica mencionado é usualmente designada por Operações Não Convencionais (ONC) e as operações que se levam a efeito podem ser conduzidas por militares, ou por civis com organização diversificada, constituindo Forças Irregulares (Flrreg) (Exército Português, 2010).

Neste contexto surge este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), no âmbito do currículo académico do Curso de Mestrado em Ciências Militares, estando inserido no

Tirocínio para Oficiais de Infantaria da Academia Militar (AM), através do qual pretendemos compreender de que forma os ensinamentos sobre a subversão auxiliam as Forças portuguesas, que participam numa Força Nacional Destacada (FND), a criar respostas operacionais face a este tipo de acção.

A elaboração do TIA tem como móbil a estimulação e o desenvolvimento das competências investigatórias no âmbito das ciências militares. Neste contexto, a importância e pertinência deste tema centra-se no facto das Actividades Irregulares (ActIrreg) serem uma realidade actual e, como tal, a sistematização do conhecimento nesta área constitui um importante contributo para o emprego de Forças do exército em operações militares multinacionais.

O General Anthony Zinni *in* Lynn (2005, p.36), do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (EUA), observa que “os conflitos militares já mudaram e estamos relutantes em aceitar este fato. Derrotar as Forças de um estado-nação por meio de um conflito convencional não é tarefa para o século XXI. As missões irregulares para derrotar as ameaças transnacionais ou reconstruir estados estão na moda, contudo ainda não nos adaptámos”. Nesse sentido, esta temática revela grande importância, tendo em conta as novas ameaças e a diversidade de cenários onde a subversão está presente, tentando perceber qual o tipo de formação mais apropriada para o aprontamento de uma FND, analisando a doutrina e legislação existente.

Por outro lado, através do contributo de alguns Oficiais que viveram esta realidade em Teatros de Operações (TO) recentes, foi possível, numa análise prévia, constatar que o tema é pertinente, tendo em consideração que actualmente o empenho político de Portugal no âmbito do cumprimento de compromissos internacionais assumidos¹, leva a que os militares, individual e colectivamente, tenham vindo a actuar em TO onde a ameaça subversiva é elevada, ou seja, o desempenho das funções de Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente (QP) em TO, desde o Iraque ao Afeganistão, implica conhecer a ameaça com que se defrontam.

Este trabalho é subordinado ao tema “*Actividades Irregulares. Actualidade e relevância de um conceito milenar*”. Optou-se por esta temática, pois face às actuais ameaças no CB, é importante compreender como o Comandante pode lidar com as ActIrreg, ou como se defende contra este tipo de actividades, através da percepção e do conhecimento, relativos aos movimentos subversivos, que viabilizem a adopção de medidas preventivas.

Uma vez que o tema do TIA é muito abrangente e tendo em consideração o tempo disponível para a sua execução, bem como o número de páginas e a pesquisa efectuada, foi necessário delimitar o campo de investigação.

O problema a tratar centra-se na envolvente das ActIrreg no domínio nacional e no âmbito da participação de FND do Exército Português no actual conflito do Afeganistão,

¹ Designadamente no quadro da NATO e da UE.

pretendendo estudar-se as características inerentes às referidas actividades, considerando os aspectos técnicos, táticos e humanos da acção no terreno. Importa também neste domínio, tratar o assunto ao nível nacional, nomeadamente a nível legal, descrevendo como este tipo de actividades se enquadram.

A investigação será orientada pela seguinte questão central: **Em que medida a transmissão de competências no âmbito das Actlrreg contribui para uma optimização das respostas operacionais, face aos aspectos de subversão que emergem no actual Ambiente Operacional (AO)?**

Como fio condutor de todo o percurso metodológico, formularam-se algumas questões derivadas (QD), às quais pretendemos dar resposta, de modo a encontrar solução para o problema levantado através da questão central. As questões derivadas são:

QD 1 - Quais os contornos do actual AO?

QD 2 - Qual o enquadramento doutrinário e legal nacional no âmbito das Actlrreg?

QD 3 - Quais as formas de organização e de actuação da subversão?

QD 4 - Como são potenciados os conhecimentos sobre a subversão, tendo em conta a sua aplicação ao nível de FND no Afeganistão?

Para responder às questões derivadas foram levantadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 (QD 1): As ameaças que derivam das Actlrreg constituem a maior probabilidade nos conflitos actuais.

Hipótese 2 (QD 2): A doutrina e a legislação actual, no que se refere às Actlrreg, permitem manter uma capacidade de dissuasão credível das Forças Armadas (FA) Portuguesas.

Hipótese 3 (QD 3): O modo de actuação de um movimento subversivo actual manifesta algumas linhas de continuidade em relação ao passado, mas apresenta diversas inovações, como transferir o esforço das áreas rurais para as urbanas e a existência de diversos apoios, assumindo um cariz de maior complexidade.

Hipótese 4 (QD 4): O conhecimento da lógica de um movimento subversivo permite compreender o tipo de ameaças e conseqüentemente a adopção de medidas preventivas e de resposta.

O presente trabalho de investigação consiste, sobretudo, num trabalho exploratório de uma temática antiga, contudo actual que são as Actlrreg, designadamente a subversão.

A investigação orientou-se pelo método hipotético-dedutivo² e apoiou-se em fontes documentais escritas, nacionais e internacionais, onde se inclui a análise documental de fontes oficiais não classificadas e susceptíveis de uso num trabalho desta natureza.

Para validação das hipóteses, recorreu-se a uma pesquisa sobre o tema e usaram-se entrevistas formais, semi-formais e informais.

² Ver a Figura B.1 – Modelo de Investigação do Trabalho no Apêndice B.

A investigação iniciou-se no princípio de Fevereiro, foi interrompida na segunda quinzena de Março e prosseguiu no final de Junho. O local escolhido para a realização do trabalho foi a AM.

As normas utilizadas para a realização do TIA foram as *Orientações para Redacção de Trabalhos* da AM e, quando estas eram omissas, utilizaram-se as normas do *Guia Prático sobre a Metodologia Científica*, de Manuela Sarmento. A orientação foi complementada com o *Regulamento do Tirocínio para o Oficial do Quadro Permanente*.

O TIA está estruturado em duas partes distintas, a primeira de sustentação teórica, comportando quatro capítulos, e a segunda de sustentação prática constituída por três capítulos³.

No primeiro capítulo, serão expostas as características do actual AO e os factores, que doutrinariamente, o determinam e condicionam. Neste contexto, falar-se-á também dos conflitos assimétricos, que têm vindo a ganhar índole após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Ao abordar-se a assimetria, foi impreterível salientar a natureza da ameaça, focando-nos sobretudo nas ameaças irregulares. Em termos doutrinários, recorre-se à doutrina mais actual do Exército Português patenteando, sempre que necessário, a doutrina de referência americana.

O segundo capítulo contempla um conjunto de conceitos fundamentais ao enquadramento das Actlrreg, onde, numa primeira fase, abordamos a doutrina inerente a estas e, posteriormente, o enquadramento legal das mesmas actividades. A doutrina e legislação, materializadas neste capítulo, foram as nacionais.

Segue-se o terceiro capítulo que aborda a organização e actuação da subversão. As fases desta são enunciadas na parte inicial do capítulo, sendo posteriormente abordado o modo de actuação, dando relevância às acções violentas, como o terrorismo e a guerrilha. Neste capítulo abordamos também o fenómeno subversivo na actualidade. A doutrina que serviu de base para a construção do capítulo foi a nacional.

No quarto capítulo, será exposto como são optimizadas as respostas à subversão, tendo em conta a experiência de quem actuou em ambiente subversivo.

O quinto capítulo, na parte prática, visa apresentar a metodologia utilizada para responder às questões. Também é apresentado o método de abordagem e quais os procedimentos, técnicas e métodos utilizados. Estando na presença de um trabalho com abordagem predominantemente qualitativa, neste capítulo também é apresentado qual a população da amostra das entrevistas e quais os meios utilizados.

No sexto capítulo serão analisadas as respostas das entrevistas, seguindo-se as conclusões e recomendações.

Os termos mais importantes para o presente TIA estão expostos no corpo de conceitos, materializado no apêndice A.

³ Ver a Figura B.2 – Estrutura do Trabalho no Apêndice B.

I – SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1 – O ACTUAL AMBIENTE OPERACIONAL

1.1 CARACTERÍSTICAS DO AMBIENTE OPERACIONAL

Com o fim da Guerra Fria⁴, o alargamento da União Europeia, o pós-acontecimento 11 de Setembro de 2001 e outros acontecimentos recentes, levaram o Ocidente a envolver-se em processos de transformação, no que diz respeito às alterações nas missões e tarefas, revisão em termos de doutrina e estruturação dos mecanismos de resposta, designadamente os centrados no instrumento militar (Ramalho, 2007). Toda esta transformação leva a que diferentes Nações se adaptem para que as suas FA definam um caminho certo para combater esta nova conflitualidade⁵.

A análise e estudo do AO, nomeadamente onde decorrem as campanhas militares, deve constituir uma preocupação constante dos chefes políticos e militares de forma a aumentar a possibilidade de êxito, independentemente das capacidades ou do potencial das Forças empenhadas (Fernandes, 2003). Estamos assim perante um desafio, que envolve a capacidade de enfrentar novas ameaças⁶, reformular a organização dos instrumentos militares e melhorar a sua capacidade de combate (Ramalho, 2007).

Sempre se falou num AO genérico, como sendo o enquadramento e o modo de empregar os meios disponíveis no decorrer das campanhas militares (Estado-Maior do Exército [EME], 2005). A conflitualidade actual aponta para um aumento no que diz respeito a Operações Não Convencionais (ONC)⁷. As guerras já não obedecem à concepção clausewitziana de matriz trinitária⁸ (Governo, FA, População). Hoje a violência é assimétrica e permanente, não tem uma origem clara e pode surgir em qualquer lugar (Garcia & Saraiva, 2004).

No actual AO é inevitável dar ênfase a dois factores cruciais no que se refere à resposta para as novas ameaças. O primeiro diz respeito ao facto de haver um crescimento do “espaço” onde se desenvolve a operação, passando a informação a assumir um papel de

⁴ “A Guerra Fria era muito perigosa. Mas o mundo tornou-se muito mais incerto, porque essa forma de disciplina desapareceu” (Carrington, 2006).

⁵ Ver Anexo H – Natureza e Tipologia dos Conflitos Contemporâneos.

⁶ A nova ameaça é não-convencional, sem regras e sem doutrina conhecidas. É difusa e polimorfa.

⁷ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

⁸ Que tem como referência os escritos de Clausewitz. A guerra trinitária é composta por, violência, e inimizade primordiais, que devem ser entendidos como uma força natural (que diz respeito ao Povo), pelo jogo de acaso e da probabilidade (que diz respeito ao Exército) e pelos seus elementos de subordinação, nomeadamente os instrumentos políticos (que diz respeito ao Governo), que tornam a guerra um objecto da razão (Carriço & Silva, 2008).

indispensável utilidade a nível estratégico, contribuindo inevitavelmente para o nível tático. Por outro lado, deve considerar-se a dimensão do terrorismo⁹ de carácter catastrófico, pela dimensão das suas consequências e o confronto assimétrico, abrangendo aquilo que se designava por guerra irregular¹⁰ (Ramalho, 2007). Como sublinha Veloso (2007), “na caracterização do ambiente operacional na moderna conflitualidade, o principal ingrediente estratégico parece ser a assimetria associada a um elevado grau de imprevisibilidade, tornando cada vez mais difícil a correcta identificação, caracterização e localização das ameaças e riscos”.

Quanto melhor os comandantes compreenderem o AO, mais eficiente é a forma como empregam as suas Forças, sendo também essencial que estes utilizem a sua experiência, capacidade de julgamento e várias ferramentas analíticas que lhes permitam obter a situação necessária à rápida tomada de decisão (Rijo, 2010).

1.2 FACTORES DETERMINANTES DO AMBIENTE OPERACIONAL

A análise e o estudo do AO em que decorrem as campanhas militares deve constituir uma preocupação constante dos chefes políticos e militares possibilitando o êxito, independentemente das capacidades ou do potencial das Forças empenhadas. Sabendo que é para o actual e não para outro qualquer AO que as Forças militares se devem preparar e equipar, importa pois ter bem presente como se caracteriza o actual AO.

O AO, variável ao longo do tempo, constitui noção elementar da ciência militar determinante do enquadramento e do modo como devemos empregar os meios disponíveis. Este difere no tempo, na região, nas Forças envolvidas e nos interesses disputados (Fernandes, 2003).

Os factores que, doutrinariamente, o determinam e condicionam são os objectivos nacionais, os objectivos militares da operação, a ameaça, a área de operações, a informação, a tecnologia e a unidade de esforço (EME, 2005).

Os objectivos nacionais, definidos pela política e a alcançar pelos diversos vectores do poder onde se inclui o emprego de Forças militares, e estando directamente relacionados com os interesses nacionais, constituem a envolvente estratégica do AO. As ameaças e riscos difusos, multi-facetados e multi-direccionais, que caracterizam o actual ambiente de segurança internacional, manifestam a crescente vulnerabilidade dos Estados, expressa na proliferação de manifestações regionais associadas a alastramento de nacionalismos (Fernandes, 2003). Aglomerado a estas propensões, o aumento das assimetrias, determina alterações na doutrina e organização das FA. Os interesses nacionais a defender por

⁹ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

¹⁰ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

Portugal são determinados pela posição geográfica e pela compatibilização desses interesses com a participação plena nas organizações internacionais que Portugal integra.

Os objectivos militares da operação são determinados pela estratégia e enquadrados pela doutrina de emprego de Forças. Ao mencionar-se objectivos militares está-se a remeter para objectivos nacionais que, no seu conjunto, concorrem para a sua concretização.

De maneira a analisar este factor, devemos primeiro compreender os elementos de doutrina de emprego de Forças, ao nível operacional e tático, que condicionam a maneira como essas Forças alcançarão os objectivos militares de uma operação.

As operações militares acontecem com base num espectro¹¹ que compreende três fases: paz¹², crise¹³ e guerra¹⁴. Dentro de cada uma, as Forças militares actuam conforme os objectivos e finalidades a atingir, fazendo uso da força ou ameaça da mesma em todo o espectro. Podem assim definir-se situações desde a resposta a crises a operações de guerra, fazendo uso de operações de combate e não combate (EME, 2005).

A ameaça é referida ao tipo de conflitualidade a ela associada, bem como ao tipo de Forças e seu potencial. Como factores de ameaça e possíveis geradores de conflitos existem os estados pária¹⁵, estados com regimes ditatoriais em colapso, as organizações terroristas e criminosas, entre outros (EME, 2005). Os conflitos podem ser simétricos ou assimétricos¹⁶. Os primeiros são característicos do AO que antecedeu a “queda do muro de Berlim” e determinam a preparação e o equipamento das nossas Forças (Fernandes, 2003). Os conflitos assimétricos são característicos do novo cenário internacional, o que implica uma nova reformulação da doutrina, organização e equipamento das FA, em particular do Exército.

As características da área de operações vão afectar o emprego de Forças, constituindo assim, um factor muito importante do AO. As características a ter em conta são a extensão e configuração da área, os recursos disponíveis, a população, morfologia e urbanização existente. As características supramencionadas afectam o emprego de Forças e influenciam de forma determinante a composição e organização das Forças, estabelecendo também uma relação entre os tipos de unidades a utilizar (EME, 2005).

¹¹ Ver Anexo I – Espectro das Operações Militares

¹² “É um fenómeno que envolve desenvolvimento económico e justiça social. Supõe a salvaguarda do ambiente global e o decréscimo da corrida aos armamentos” (Kofi Annan *in* Pureza, 2000, p.36).

¹³ “É uma sequência de interacções entre governos de dois ou mais Estados soberanos, em conflito grave, perto da iminência de guerra, porém, com a percepção do perigo que representa uma elevada probabilidade de guerra” (Snyder & Diesing *in* Ribeiro, 2008, p.66).

¹⁴ “Violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário” (Couto, 1988a, p.148).

¹⁵ O que se encontra internacionalmente isolado devido não só a uma política condenável seguida como à sua posição geográfica. Como salienta Robert Kagan *in* Ribeiro (2008, p.117) “o que faz um Estado ser estado pária é a recusa em aceitar as leis internacionais”.

¹⁶ Ver Apêndice C – Conflitos Simétricos e Assimétricos.

A informação pode condicionar o desenvolvimento das operações, por isso constitui um factor que não pode deixar de ser tido em conta, visto que, quem controla a informação possui nítida vantagem no campo de batalha e lhe garante a iniciativa das operações.

A tecnologia é outro factor a analisar para uma completa caracterização do AO, percebendo qual a vantagem que neste âmbito poderá existir por parte dos contendores e em que medida isso afectará o emprego das Forças. Este factor tem assim um impacto directo e decisivo no desenrolar de qualquer guerra, devido ao facto desta influenciar o tipo de equipamento utilizado e o modo de emprego das Forças num conflito (Headquarters, Department of the Army, 2008a).

A unidade de esforço¹⁷ no actual AO é importante para um emprego eficaz da força militar. Este ambiente é caracterizado por privilegiar as operações conjuntas o que obriga a analisar em que medida se pode empregar todo o tipo de Forças e em que momento, qual será a componente decisiva e de que forma as outras componentes poderão contribuir.

1.3 CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

Face ao que se tem assistido no domínio deste comportamento violento no quadro internacional, de acordo com o S.Ex^a o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho, (2007) “o confronto assimétrico caracteriza-se por acções conduzidas por actores, estados, quase estados, ou não estados, com vista a ultrapassar ou negar capacidades do oponente, pondo ênfase na afectação/agravamento das vulnerabilidades percebidas”. Considerada uma guerra sem frentes nem retaguardas, utilizando meios não habituais, manifestando a sua violência através de guerrilha¹⁸, crime organizado¹⁹ e terrorismo (Garcia, 2003a).

Na apreciação dos conflitos assimétricos é necessário especificar qual a natureza da assimetria, sendo esta manifestada relativamente às estratégias utilizadas e táticas empregues. Outro aspecto importante é a vertente tecnológica, a sua disponibilidade e a forma de organização. A ameaça assimétrica pode ser abordada em quatro áreas, “a utilização de capacidades tecnológicas de forma inesperada, empregando táticas não convencionais; a afectação do ciberespaço, desenvolvendo acções de Guerra de Informações e pondo em causa a segurança dos pontos de informação mais críticos e da capacidade C2W²⁰; o acesso e utilização de forma igualmente não convencional, das

¹⁷ O Presidente Eisenhower, em 1958, chamou a atenção para, em tempo de paz, a actividade de preparação e organização das FA, respeitar a necessidade de em tempo de guerra actuarem em conjunto. “*Separate ground, sea and air warfare is gone forever. If ever again we should be involved in war, we will fight in all elements, with all services, as one single concentrated effort. Peacetime preparatory and organizational activity must conform to this fact*” (Jablonsky, 2000).

¹⁸ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

¹⁹ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

²⁰ C2W – *Comand Control Warfare*

chamadas tecnologias militares de baixo custo, “*cheap high-technology*”; e por último, a eventual utilização de armas de destruição maciça” (Ramalho, 2007).

Este tipo de actuação conflitual começou a ganhar índole desde os atentados de 11 de Setembro de 2001. Desde então, os chefes democratas procuram entender as suas origens e implementar os meios necessários para o seu extermínio. Assim, a guerra assimétrica prevê “a escolha de alvos e locais de combate imprevisíveis e mais dificilmente controláveis” garantindo “o efeito surpresa²¹.” (Tomé, 2004, p. 167).

Contemporaneamente, podemos afirmar que o conflito no Afeganistão é um exemplo de guerra assimétrica, em que a hegemonia tecnológica dos americanos obriga o adversário a refugiar-se em respostas assimétricas, recorrendo a métodos rudimentares e improvisados para combater.

1.4 NATUREZA DA AMEAÇA

Estados, nações, actores transnacionais e entidades não estatais continuarão a desafiar a distribuição global do poder, o conceito de soberania e a natureza da guerra. “As ameaças são Estados-nação, organizações, pessoas, grupos, condições, ou fenómenos naturais com capacidade para danificar ou destruir vidas humanas, recursos vitais, ou instituições” (Headquarters, Department of the Army, 2008a, p. 1-4).

De acordo com a doutrina americana, descrita no FM 3-0 *Operations* de 2008, as ameaças podem dividir-se em quatro categorias: tradicionais, irregulares, catastróficas e desestabilizadoras.

As ameaças tradicionais são constituídas por Estados que empregam capacidades militares de forma convencional. A maioria dos Estados optimizou as suas Forças para fazer combater este tipo de ameaças. As “Forças convencionais de um Estado, empregues segundo uma doutrina e apoiadas por um tradicional sistema de informações” Rodrigues *in* Ribeiro (2008, p.8), caracterizam este tipo de ameaça.

As ameaças irregulares são constituídas por oponentes que utilizam métodos e meios não convencionais para atingir os seus objectivos. Um adversário militarmente mais fraco normalmente, recorre à guerra irregular para contrariar as vantagens do mais forte e prolongar o conflito. Esta ameaça é caracterizada como uma forma de actuação utilizada por entidades onde a sua classe, estimulada pela pobreza, produz, por si só, o terrorismo (Santos, 2001). Numa guerra onde a ameaça é difusa, onde não existem frentes nem retaguardas, a táctica a utilizar pelas Forças militares tem que ser diferente da utilizada numa guerra convencional²², devendo adoptar-se métodos e meios muito semelhantes aos

²¹ Permitindo alcançar resultados superiores ao despendido, ao actuar com base na velocidade, no segredo e na decepção (EME, 2005).

²² Ver Anexo L – Guerra Convencional e Guerra Irregular.

utilizados pela ameaça, tendo no entanto atenção aos valores do Estado de Direito²³ (Martins, 2004).

As ameaças catastróficas envolvem a obtenção, posse e emprego de armas de destruição maciça²⁴. A posse deste tipo de armamento dá ao oponente a capacidade de infligir efeitos catastróficos (Headquarters, Department of the Army, 2008a).

As ameaças destabilizadoras envolvem o desenvolvimento e emprego de novas tecnologias, que são empregues pelas Forças opositoras, com a finalidade de atenuar ou negar as vantagens das nossas Forças em determinados domínios.

Combinando os vários tipos de ameaça, as Forças opositoras procurarão criar condições vantajosas às suas intenções, alterando a natureza do conflito e empregando capacidades para as quais as nossas Forças estão menos preparadas. É também expectável que as ameaças rapidamente se adaptem às condições do AO, tirando dele o máximo proveito. As organizações extremistas procurarão assumir o poder dentro de um Estado, aplicando todo o tipo de tácticas à sua disposição, tendo como principal objectivo criar condições de instabilidade, procurando desagregar o poder legítimo da respectiva população.

A probabilidade dos futuros conflitos se desenrolarem no seio da população é muito elevada (Headquarters, Department of the Army, 2008a). Este princípio alterará a forma de como as FA poderão aplicar a força para atingir o sucesso. Embora a guerra continue a ser um conflito de vontades, assume particular relevo a disputa pelo controlo da população²⁵.

²³ “Estado que se encontra juridicamente submetido a critérios objectivos de conduta e ao serviço do Direito” (Ribeiro, 2008, p. 116).

²⁴ Termo usado principalmente no contexto do controlo de armamento e compreende armas nucleares, biológicas e químicas.

²⁵ Conjunto de medidas exercidas sobre uma população para a isolar dos elementos rebeldes, permitindo com mais facilidade detectar estes últimos (EME, 1963).

CAPÍTULO 2 – ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO E LEGAL DAS ACTIVIDADES IRREGULARES

2.1 OPERAÇÕES NÃO CONVENCIONAIS

De acordo com (Veloso, 2007) “as causas dos futuros conflitos vislumbram uma menor probabilidade de ocorrência de guerras convencionais dando lugar ao ressurgimento das ONC”.

O contexto estratégico engloba mudanças constantes e profundas em vários sectores, que se traduzem numa diferente tipologia de conflitos, pela efectividade de ameaças não predominantemente militares, de natureza mais difusa, imprevisível, de forma muito variada, muitas vezes desterritorializada e mais perigosa (Exército Português, 2010).

Assim, em vez da confrontação militar entre intervenientes, causadora de extermínio e destruição mais ou menos generalizada, vêm-se utilizando outros processos de menor risco recíproco e mais discretos e económicos, mas que se pretendem de igual eficácia, sobretudo nos conflitos assimétricos. De acordo com (Exército Português, 2010, p. 1-1) “as estratégias de dissuasão perderam grande peso, verificando-se mesmo para situações de emprego de armas de destruição maciça, um potencial recurso a estratégias de acção, em especial de carácter preventivo, defensivo e de gestão de consequências”.

Tendencialmente, as respostas serão executadas através da acção conjunta e combinada, na certeza que serão planeadas com base nos efeitos a obter e não tanto nos danos a causar ou a evitar.

Esta forma de actuar consubstancia-se em processos tipicamente utilizados em estratégias do fraco contra o forte e têm-se constituído como método marcante de dissuasão²⁶ e coacção²⁷. Através do recurso a manobras de lassidão²⁸, “esses processos condicionam, sobretudo, a vontade colectiva e podem levar, ou ajudar significativamente, aos fins pretendidos” (EME, 1987, p. 19-1). Os próprios estados procuram utilizar estes processos através da criação de Forças especificamente organizadas, preparadas e treinadas para o efeito, sendo capazes de uma grande flexibilidade ao ambiente e à forma de actuação nas operações, isto devido à sua natureza similar à ameaça.

Neste contexto, e de acordo com o PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais, os referidos processos consistem, fundamentalmente, em actuar com recurso a diversas

²⁶ “Medidas para desencorajar ou impedir um inimigo de usar as suas Forças militares” (Ribeiro, 2008, p. 93)

²⁷ “Emprego ou ameaça de emprego da força, de forma a obrigar o adversário a aceitar os nossos pontos de vista” (Couto, 1988a, p. 81).

²⁸ Procurando o desgaste, a instabilidade e insegurança entre os cidadãos.

técnicas, táticas e meios que materializem uma ameaça, ou seja, de forma encoberta²⁹, sem que o seu utilizador ou utilizadores se sintam obrigados a declarar ou a reconhecer a abertura ou existência de hostilidades, materializando o cúmulo da habilidade de Sun Tzu (2006), “subjugar as tropas do In sem combate” (p.79). Procura pelo contrário prolongar uma crise ou um conflito ou até a eventualidade de conciliação pelo desgaste do adversário. Por regra actuam no interior do território do adversário, ou por ele controlado, conjuntamente, atacam alvos que constituem potencial de combate adverso, sejam humanos ou materiais. Esta forma de actuação consubstancia-se empregando todas as formas de coacção, englobando assim, acções de natureza psicológica, política, diplomática, económica e militar, e empregando também, para o efeito, Forças militares especialmente preparadas, de efectivos reduzidos e com organização própria para cada missão, capazes de actuar de forma independente (Exército Português, 2010).

A forma de actuação destas Forças baseia-se numa incursão normalmente profunda e de execução descentralizada³⁰, sendo comum actuarem sem quaisquer apoios. Este procedimento aplica-se com o objectivo de explorar vulnerabilidades militares, políticas, económicas, psicológicas e de informação do adversário, e inclui, as Operações Especiais (OE)³¹ e as Operações Irregulares. A envolvente do que fica mencionado é designada por ONC e as operações que se levam a efeito podem ser conduzidas por militares, ou por civis com organização diversificada, tendo como ponto comum o seu carácter encoberto (Exército Português, 2010).

2.1.2 ACTIVIDADES IRREGULARES

As acções de natureza não convencional executadas por civis combatentes e organizados em Forças paramilitares³² designam-se por Operações Irregulares. As Forças referidas, como organizações civis que apoiam ou conduzem um ou o outro tipo de operações, constituem as Flrreg e no seu conjunto desenvolvem Actlrreg (Exército Português, 2010).

Consideram-se, então, Actlrreg todos os actos agressivos de carácter militar, político, psicológico ou económico, levados a efeito por Flrreg, contra o poder de direito ou de facto estabelecido num dado território. São peculiarmente adequadas às situações em que os condicionalismos políticos obrigam a limitar o emprego das FA (Instituto de Altos Estudos Militares, 1983).

²⁹ De forma oculta, dissimulada.

³⁰ A Joint Pub (JP) 1-02 define execução descentralizada como “delegação de autoridade de execução a um comandante subordinado” (Department of Defense, 2010, p. 143)

³¹ Acções militares, de natureza não convencional, desenvolvidas em qualquer tipo de AO e executadas por Forças militares para o efeito organizadas, com elevado grau de independência e em condições de grande risco, de forma independente, em apoio ou como complemento de outras operações militares (Exército Português, 2010).

³² “Forças ou grupos que não pertencem às FA regulares de um país, mas que dispõem de equipamento, treino, organização e, por vezes, missão em tudo semelhantes” (Ribeiro, 2008, p. 133).

As Actlrreg assumem o carácter de guerra interna³³ e têm como objectivo desgastar o In, levando-o a renunciar, ou preparar a posterior acção de Forças do tipo regular. Estas actividades enquadram-se numa das duas seguintes situações (Exército Português, 2010):

- As incentivadas ou apoiadas em território de país In, como complemento de outras formas de coacção, nomeadamente em complemento do combate entre Flrreg, explorando o eventual descontentamento de sectores da população desse país, por razões de ordem política, económica, étnica, religiosas, entre outras;
- As conduzidas em território nacional ocupado e controlado pelo In.

Neste contexto, as Forças que levam e apoiam a subversão em território In ou conduzem a Resistência, podem ser de outro país ou as resultantes do desenvolvimento das Flrreg.

Para a Resistência³⁴ ter sucesso é fundamental que seja estudada, planeada e preparada desde o tempo de paz, dando formação específica aos militares e orientando o cidadão comum. Além de se constituir um consistente factor de dissuasão, também se torna, em caso de ocupação, de execução mais fácil e naturalmente menos penosa (Exército Português, 2010).

Assim, durante o tempo de paz, devem ser conduzidas várias acções, no âmbito da defesa, que concorram para a preparação moral da população para conduzirem a resistência a um possível invasor, e também acções para a realização de estudos dos meios humanos, geográfico, político-social, com vista a perceber como as actividades de resistência se poderão desenvolver (Exército Português, 2010).

As Flrreg podem ser organizadas, instruídas, orientadas e apoiadas pelas FOE³⁵, e assim actuar sobre o In, executando as últimas OE de Acção Indirecta (AI). Ao executarem estas operações, as FOE funcionam como multiplicadores de força, atendendo à capacidade de gerar Flrreg e à aumentada acção de desgaste que estas podem provocar sobre o In. A sua acção junto destas Forças tem ainda uma função muito importante, a de coordenar a sua conduta, no sentido do esforço comum (Exército Português, 2010).

As tarefas típicas das OE de AI podem incluir (Exército Português, 2010):

1. Organizar, equipar, treinar, assessorar, apoiar e, se necessário, dirigir Forças de Resistência em caso de agressão do território nacional;
2. Treinar, assessorar, equipar e apoiar Flrreg para explorar as fraquezas políticas, económicas, militares ou psicológicas de um poder hostil;
3. Treinar, equipar e apoiar o estabelecimento de redes de fuga e evasão.

³³ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

³⁴ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

³⁵ As FOE são Forças especialmente seleccionadas, organizadas, treinadas e equipadas, que utilizam técnicas e modos de emprego não convencionais, para o cumprimento de Operações Especiais (OE), podendo-se estas dividir em nas missões primárias das FOE: Reconhecimento Especial e Vigilância, Acção Directa, Assistência Militar e Acção Indirecta (Estado-Maior do Exército, 2007).

2.1.3 ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DAS FORÇAS IRREGULARES

As Forças que executam as Actlrreg fazem-no de forma própria, onde se destacam (EME, 1987): a área onde actuam é controlada total ou parcialmente pelas Forças a que se opõem; estas, à partida, têm maiores efectivos, melhores meios e melhor organização.

A referida forma própria consiste no seguinte:

- Os elementos que compõem as Forças são, em grande parte, da região onde actuam, ou conhecem-na bem;
- A maioria das actividades tem carácter clandestino;
- As operações são conduzidas com base no sigilo e na surpresa, são rápidas sobre o objectivo e seguidas de retirada e dispersão;
- O esforço é orientado para o controlo progressivo das áreas onde se combate.

Além do seu elemento armado essencial, as Forças de guerrilha, as Flrreg são constituídas por outros grupos ou organizações de apoio, complementares e necessários à acção das Forças, tais como agentes clandestinos, agitadores, informadores e auxiliares.

Como organização coordenadora das Actlrreg existe uma estrutura político-administrativa, que difere caso seja em território nacional ocupado ou controlado pelo In, ou em território In.

Em território nacional ocupado ou controlado pelo In, é constituída por conjuntos de elementos por estes destituídos ou outros especialmente designados, que querem tomar o seu cargo quando possível, tendo como orientação as ordens do governo nacional da zona não ocupada, ou no exílio ou na zona libertada. Neste caso, as Actlrreg contra as Forças de ocupação surgirão de forma mais espontânea, com acções de Resistência passiva e activa de iniciativa local e de acordo com as condições criadas (Exército Português, 2010).

Nesta fase, é fundamental o aparecimento de líderes³⁶ que tenham a capacidade natural de mobilizar a população contra os ocupantes e eventuais colaboracionistas. Neste caso, surgem o terrorismo, a guerrilha e a sabotagem, antes de qualquer estrutura organizativa que coordene tais acções. Só depois, reconhecida a credibilidade dos elementos que assumem a liderança, se vai organizando e formando a direcção da Resistência (EME, 1987).

Em território In, é constituída pelo conjunto de elementos que tendem a substituir os do poder vigente, de forma progressiva e nas zonas que consegue ir libertando. Neste caso é normal que seja a estrutura político-administrativa a surgir em primeiro lugar, partindo pelos iniciadores que constituem a direcção, que devem ser os mais activos e mais esclarecidos dos rebeldes³⁷ relativamente ao poder vigente. Toda a sua actividade é desenvolvida em segredo, orientando-se inicialmente para a organização do movimento,

³⁶ Pessoas influentes no âmbito de um grupo e/ou área do conhecimento (Ribeiro, 2008).

³⁷ “O rebelde pratica um acto de desobediência explícita procurando, também, escapar à jurisdição do poder” (Ribeiro, 2008, p. 276).

captação das populações, acção psicológica³⁸ e de informações. Coincidente com estas actividades, vão formando a sua organização militar (Exército Português, 2010).

Depois de estarem criadas as condições pretendidas, iniciam as actividades mais visíveis a começar pela agitação, sendo seguidas pelas técnicas de flagelação³⁹, procurando que esta organização se desenvolva com o intuito de poder vir a combater de igual para igual com In.

2.2 SITUAÇÃO NACIONAL

Actualmente as FA do ocidente tendem a focalizar as suas doutrinas em volta do fenómeno subversivo, em especial pelos desafios que as Forças da NATO enfrentam no Afeganistão (Barroso, 2007). Neste caso o governo foi deposto pela força das armas de intervenção e o governo em função lida com o fenómeno subversivo.

Como ficou dito, os novos conflitos são irregulares, também mais comuns do que no passado e desenvolvem-se em ambiente operacional de cariz subversivo. As guerras recentes são “fundamentalmente acerca das pessoas” (Holsti *in* Garcia & Saraiva, 2004, p.112). Estas envolvem, para além dos Estados, um novo tipo de organizações que se opõem entre si. Os seus elementos, segundo Garcia e Saraiva, (2004, p.112) podem ser categorizados como “bandidos, terroristas, guerrilheiros, mercenários ou milícias”, que se misturam/confundem com a população. Neste tipo de conflitos é normal a generalização da infracção do direito aplicável aos conflitos armados e o direito de protecção dos direitos humanos.

A posição nacional não é recente no que se refere à questão da guerra subversiva⁴⁰, quer em termos de enquadramento legal, quer na prossecução de uma definição. A guerra subversiva constitui a expressão violenta do fenómeno subversivo⁴¹, que continua actual e constitui uma componente importante nas ONC. Por vezes, confunde-se o conceito da guerra subversiva com o de subversão, mas nem sempre a subversão conduz à guerra subversiva. No entanto, a subversão antecede e acompanha a guerra subversiva, logo consideramos a última, igual a subversão armada (Garcia, s.d.).

Quando se desenvolve contra uma força de ocupação do território nacional, a subversão recebe a designação de Resistência⁴² e a sua expressão violenta de Guerra de Libertação⁴³.

³⁸ A acção psicológica consiste na aplicação de um conjunto de medidas, destinadas a influenciar as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos (EME, 1963).

³⁹ Materializado em acções violentas desencadeadas por bandos armados e guerrilhas, sem objectivo determinado, e destinadas unicamente a manter a população num clima de insegurança (EME, 1963).

⁴⁰ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

⁴¹ Ver Anexo J – Guerra Subversiva.

⁴² Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

⁴³ “Visa normalmente a criação de uma nova ordem político-social e, certamente, a substituição das autoridades que detêm o poder” (Couto, 1988b, p.216).

As nossas leis actuais não só permitem como incentivam a adopção da Resistência que, é a de todas as formas de actuação no âmbito não convencional, “a que se apresenta com mais evidente legitimidade, destinando-se a combater Forças de ocupação de um território no sentido de o libertar do poder que elas representam” (Exército Português, 2010). É constitucionalmente, um direito e dever de cada português, quer se encontre no território ocupado ou não, como forma de oposição de combate e contra um eventual agressor. Quanto ao terrorismo, é de constatar que a sua prevenção e combate se incluem evidentemente na missão das FA.

Os principais documentos que foram tidos em consideração para o enquadramento legal das Actlrreg a nível nacional⁴⁴ foram a Constituição da República Portuguesa (CRP), a Lei de Defesa Nacional (LDN), o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) e o Conceito Estratégico Militar (CEM).

2.2.1 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

As disposições orgânicas subjacentes a este tema são muito antigas e sempre lograram de consideração como nos dias de hoje. Como descrito na Constituição de 1838 abordando a defesa nacional de maneira congénere com a actual, o artigo 119.º descreve que “todos os Portugueses são obrigados a pegar em armas para defender a Constituição do Estado e a independência e integridade do Reino” (Pereira, 1961, p. 68).

Mais recente, a Constituição da República Portuguesa de 1976, no seu artigo 7.º, no âmbito dos Princípios Fundamentais, descreve o seguinte ao tratar das relações internacionais, “Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços de amizade e de cooperação com os países de língua portuguesa”.

Conjuntamente no seu artigo 21.º, relativo ao direito de Resistência, no âmbito dos Direitos e Deveres Fundamentais, refere que “todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofender os seus direitos, liberdades e garantias e de repelir pela força qualquer agressão quando não seja possível recorrer à autoridade pública”.

Ainda que as disposições do artigo 7.º não deixem lugar a dúvidas, cobrindo plenamente a actuação de quaisquer Forças, regulares e irregulares, contra um opressor, a matéria do artigo 21.º reforça essa cobertura na suposição de que haja usurpação da autoridade pública por um agressor da mesma autoridade. Do mesmo modo e relativo à Defesa Nacional, no artigo 276.º refere que esta é “dever fundamental de todos os portugueses”, globalizando o mesmo dever a civis e militares (Alves, 1987).

⁴⁴ As Actlrreg conduzidas em território nacional ocupado e controlado pelo In, é a Resistência.

A actual CRP⁴⁵ garante “não só os direitos, liberdades e garantias fundamentais como também introduz (...) um conjunto amplo de direitos sociais, económicos e culturais” (Fontes, 2006).

Como descrito no artigo 21.º da CRP “todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias...”. Este artigo destaca a atitude de impugnação que cada cidadão deve tomar, devido ao facto de que a afronta à liberdade e garantias individuais não possam ser postas em causa.

Como descrito no n.º 2 do artigo 273.º da CRP, a defesa nacional tem por objectivo garantir “a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas”.

Nas novas guerras ou, como caracteriza Garcia e Saraiva (2004), nas guerras das pessoas, o estatuto de neutralidade e a distinção civil/militar desaparecem. A CRP, no n.º1 do artigo 273.º, afirma que “é obrigação do Estado⁴⁶ assegurar a defesa nacional”, e no mesmo artigo, no n.º2, expressa que tem como objectivos garantir “a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas”. No sentido de reforçar a responsabilidade individual do cidadão nesta actividade, que é a defesa nacional, a CRP explana, ainda, no n.º1 no artigo 276.º, que “a defesa da Pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses”.

2.2.2 LEI DE DEFESA NACIONAL

A defesa nacional constitui um conceito abrangente que requer o empenho dos cidadãos, da sociedade e dos poderes políticos, “por forma a manter e reforçar a segurança e a criar condições para a prevenção e combate a quaisquer ameaças externas que, directa ou indirectamente, se oponham à consecução dos objectivos nacionais. Tem, por isso, um âmbito global, integrando componentes militares e não militares” (Oliveira, 2010).

A Resistência, como forma de actuação no âmbito não convencional, apresenta-se com evidente legitimidade, estando bem patente no n.º5 do artigo 2.º, da LDN⁴⁷, afirmando que “é direito e dever de cada português a passagem à Resistência, activa e passiva⁴⁸, nas áreas do território nacional ocupadas por Forças estrangeiras”.

Actualmente as ameaças não são claras nem definidas, são difusas e polimorfos. Muitas vezes não são de natureza militar e não provêm sequer dos Estados. “São ameaças transnacionais e, simultaneamente, infra-estatais (como o narcotráfico, o terrorismo,

⁴⁵ Aprovada, em assembleia Constituinte, no dia 2 de Abril de 1976.

⁴⁶ Uma das tarefas fundamentais do Estado é, tal como previsto no artigo 9.º, alínea a), da CRP “garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam”.

⁴⁷ Aprovada pela lei n.º 31-A/2009 de 7 de Julho.

⁴⁸ As diferentes modalidades de Resistência, activa e passiva são de difícil delimitação. Ver o significado no Apêndice A - Corpo de Conceitos.

migrações (...), riscos ecológicos e ambientais). O In é, hoje, anónimo e desterritorializado” (Teixeira, 1996, p.8).

É neste sentido que incube às FA, de acordo com o disposto no artigo 24.º, n.º1, alínea e), da LDN, “cooperar com as Forças e serviços de segurança tendo em vista o cumprimento conjugado das respectivas missões no combate a agressões ou ameaças transnacionais”.

2.2.3 CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL

Com a recorrente necessidade de adaptar as FA ao actual AO, encontrando formas de responder a um conjunto de novas “ameaças e riscos de concretização imprevisível e de carácter multifacetado e transnacional” (Diário da República [DR] - I Série-B, 2003, p. 279), afigurou-se oportuna a elaboração de um novo CEDN⁴⁹ onde estão espelhadas as ameaças relevantes e as missões e capacidades necessárias para combater as ameaças e riscos (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2011). Neste sentido, podemos afirmar que, o CEDN “deriva da evolução da guerra” (Barroso, 2008), que deixou de ser um confronto exclusivamente entre Forças militares, apresentando um cariz subversivo, mobilizando todos os recursos de uma nação.

O CEDN em vigor, aprovado em 2003, sucedendo ao anterior que havia sido aprovado em 13 de Janeiro de 1994, define terrorismo transnacional⁵⁰ como uma ameaça externa e, quando materializado, como uma agressão externa, sendo que a sua prevenção e combate se incluem evidentemente na missão das FA (Diário da República - I Série-B, 2003). Tornase necessária não só a manutenção, como a criação de capacidades que permitam dar resposta ao fenómeno do terrorismo. Consequentemente, perseguindo a finalidade de garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos, o Estado é obrigado a repensar e adequar os conceitos e os instrumentos de segurança e defesa, numa perspectiva de minimização de riscos e de garantia da possibilidade de resposta a estes novos tipos de desafios à paz.

Depois de 1994, ano em que se aprovou o anterior conceito, registaram-se alterações significativas no plano internacional, que não podem deixar de ter consequências nas políticas públicas de segurança⁵¹ e defesa em Portugal. No essencial, e de acordo com o CEDN, salientamos a evidência de que o terrorismo internacional constitui uma grave ameaça ao sistema de Estados, a dificuldade em prever a concretização das chamadas

⁴⁹ O actual CEDN foi aprovado pelo Governo, e constitui a Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 de 20 de Janeiro.

⁵⁰ O terrorismo transnacional insere-se na definição de terrorismo “... a utilização ilegal da força ou da violência planeada contra Forças ou património, na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades para atingir objectivos políticos, religiosos, ou ideológicos” (NATO, 2010, p. 2-T-5). O terrorismo transnacional, actualmente é identificado, sobretudo pelas opiniões públicas e seus formadores, com a *al Qaeda*, no conceito mais lato da subversão (Garcia F. P., 2007b)

⁵¹ De acordo com Pires (1998, p.104) a política de segurança, é um “conjunto de acções com o objectivo de preservar a paz, a liberdade, a independência, a integridade, a estabilidade do país e a salvaguarda dos valores”.

novas ameaças e a manutenção ou emergência de novos tipos de conflitos, de cariz étnico e religioso.

O CEDN, no n.º 6.2, salienta ainda a importância da preparação das FA, “no quadro da comunidade internacional, em especial com os seus aliados e parceiros, na prevenção do terrorismo em múltiplas vertentes, incluindo operações militares”. No que diz respeito às ameaças relevantes no mesmo documento, no n.º 6.1, refere que “Portugal deverá estar preparado para dissuadir e, se necessário, enfrentar qualquer agressão armada ao seu território, à sua população, às suas FA ou ao seu património, seja no quadro de um conflito generalizado seja no quadro de um ataque localizado”.

2.2.4 CONCEITO ESTRATÉGICO MILITAR

A situação de segurança do ambiente internacional fez surgir um novo conjunto de factores de instabilidade, potencialmente geradores de novas ameaças, que não podem ser previstas com rigor em termos geográficos e temporais. Tal como no CEDN, o CEM⁵² incide sobre o terrorismo transnacional como fenómeno preocupante, no sentido em que este se torna uma ameaça quer para as operações militares fora do território, quer para os interesses no território nacional.

Este documento salienta a importância e o perigo que o terrorismo transnacional representa e o novo tipo de ameaça imprevisível que compõe o actual cenário internacional. Esta ameaça não caracteriza perigo apenas para os militares em TO remotos mas, também, para a população civil e os interesses em território nacional.

No actual quadro de ameaças imprevisíveis e características difusas, incumbe as FA a defesa militar da República, contribuindo para dissuadir ameaças à integridade do território nacional e garantir a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas. Neste sentido, importa referir que é imprescindível a capacidade de cooperação com as Forças e serviços de segurança, no campo de acção do combate a ameaças assimétricas.

No CEM está patente a reflexão que o terrorismo transnacional representa e o novo tipo de ameaça imprevisível que compõe o actual AO. Desta forma, este documento vem definir as grandes linhas conceptuais de actuação das FA e as suas orientações gerais para a sua preparação e emprego.

⁵² O actual CEM foi aprovado, por despacho, pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional de 22 de Dezembro de 2003 e confirmado no Conselho Superior de Defesa Nacional de 15 de Janeiro de 2004.

CAPÍTULO 3 – ORGANIZAÇÃO E ACTUAÇÃO DA SUBVERSÃO

3.1 ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS IRREGULARES

A estrutura interna da subversão assenta, em permanência, numa chefia e em diversos sistemas e organizações de acção e de apoio. Esta estrutura deve ser evolutiva e deve ser articulada de acordo com a região e ambiente em que se encontram (Alves, 1998).

As Actlrreg também se interligam e se articulam numa organização geral num modelo tipificado ao dos movimentos subversivos, que actualmente se articulam muitas vezes em organizações em rede. Esta organização, descrita no RC 130-1 Operações – volume II, é constituída por órgãos de direcção, órgãos de execução e determinadas infra-estruturas. A célula é referida como sendo a organização elementar do movimento, a fim de que a eventual captura de algum elemento não comprometa sectores fundamentais da restante organização. A célula também constitui a base dos sistemas de apoio de alguns sistemas de actuação (EME, 1987).

O movimento subversivo, como sublinha o General Lopes Alves (1998), não se estende de qualquer forma a todo o território, cujo controlo pretende obter. De modo a pesquisar notícias, acompanhar a evolução dos acontecimentos e actuar sobre os chefes do adversário, considera no território um determinado número de regiões operacionais.

De acordo com o exposto no RC 130-1 Operações – Volume II, a organização destas actividades implanta-se no território, que neste caso coincide geralmente com a sua divisão administrativa, obedecendo a um conjunto de compatibilidades no que diz respeito a características físicas, sociais, étnicas ou económicas (EME, 1987).

Na prossecução da luta, podemos considerar o território dividido em três áreas mutáveis: Área Controlada pelo Inimigo (ACI), Área de Duplo Controlo⁵³ (ADC) e Área Controlada pelo Movimento (ACM). Assim, as Firreg devem conduzir a sua acção no sentido de alterar a ACI e a ADC em seu favor e consolidar a sua posição na ACM. Na ADC estas Forças devem lutar e conquistá-la durante o desenvolvimento da luta, porém na ACI, devem ser lançadas Firreg não combatentes tentando obter a adesão das pessoas e transformar essa área, numa primeira fase, em ADC. Conseguida esta evolução na luta subversiva, são as Forças de guerrilha que podem dar lugar a Forças do tipo regulares, nos territórios libertados, procurando o confronto final em momento oportuno (EME, 1987).

⁵³ Francisco Proença Garcia (2008) escreve controlo duplo, como, controlo nocturno por parte da subversão e controlo diurno por parte da contra-subversão ou o inverso.

3.2 FASES DA SUBVERSÃO

A análise da história dos conflitos subversivos permite concluir que uma acção subversiva se deverá processar em fases sucessivas, começando na simples agitação e desenvolvendo-se até à violência, iniciando-se no segredo e na mais absoluta clandestinidade até à luta aberta quase com o carácter de operações convencionais (Junta de Investigações do Ultramar, 1963).

Embora na prática tudo se processe sem saltos, ou seja, sem limites definidos entre as fases e, muitas vezes, não respeitando a lógica do esquema que apresentamos seguidamente. Mas, não obstante o aspecto teórico que tal esquematização sugere, se, por exemplo, a subversão dispuser logo de início apoio suficiente de uma grande parte da população, ela poderá surgir de surpresa numa determinada região numa fase de desenvolvimento já muito avançada (EME, 1963).

Como refere Mao Tsé-Tung *in* Couto (1988a, p.255) “a subversão parte do nada para uma existência real, vai do pouco ao muito (...) da falta de poder político à obtenção do poder político, da inexistência de um Exército à sua criação e da falta de território controlado ao seu estabelecimento”.

No desenvolvimento do processo subversivo, distinguem-se dois períodos e cinco fases, de limites frequentemente indistinguíveis, e que são o período pré-insurreccional, que compreende a fase preparatória e a fase de agitação, o período insurreccional, que compreende a fase do terrorismo e da guerrilha, a de Estado subversivo e a fase final (Garcia, 2007).

Antes de nos determos na análise destas fases, convém deixar expresso que o faseamento considerado tem algumas discrepâncias, quando comparado com outros autores, embora a linha de pensamento seja em tudo análoga.

Assim, a 1ª fase é, pelo menos no início, uma fase de segredo. A organização subversiva, nesta fase, compreende somente uma direcção e alguns elementos de enquadramento da população⁵⁴, outros para as ligações e pesquisa de informações e ainda outros cuja missão é a agitação. Esta é a fase de pesquisa de informações destinadas à escolha das ideias⁵⁵ a difundir como justificação da subversão e de estabelecimento de um embrião de organização político administrativa, a qual, mais tarde, enquadrará toda a população do território a subverter. Depois se iniciará a difusão das ideias acima mencionadas, por uma propaganda⁵⁶ insidiosa e por agitadores, com o objectivo de açular a população contra as autoridades legalmente estabelecidas (EME, 1963).

⁵⁴ Com a função de instalar ou melhorar a rede constituída pelos órgãos administrativos, policiais, religiosos, entre outros (EME, 1963).

⁵⁵ Que têm de ser sempre apresentadas como qualquer coisa que a população deseja. Essas ideias podem ser exageradas e até deturpadas, mas têm sempre um fundo de verdade, pelo que não é possível evitar que elas tenham uma certa aceitação (EME, 1963).

⁵⁶ Uma das formas de acção psicológica. Visa a imposição de determinadas ideias e doutrinas, através da comunicação de factos, notícias, apelos, etc. (EME, 1963).

Ao passar-se para a fase de agitação ou de criação do ambiente subversivo, ainda se permanece na clandestinidade, porém, como os resultados se começam a tornar visíveis, abandona-se o segredo. Durante esta fase, reforça-se e aperfeiçoa-se a organização político-administrativa, consolidando-se os sistemas de infiltração e de agitação, iniciando-se o terrorismo (Junta de Investigações do Ultramar, 1963). Conjuntamente fomentam-se perturbações da ordem e cria-se um clima de medo, visando a desmoralização do Poder e a ignomínia da autoridade, através da organização de contradições entre as hierarquias estabelecidas (Martins, 2004).

A fase do terrorismo e da guerrilha aparece já no segundo período, o insurreccional. Aqui o terrorismo atinge todo o seu desenvolvimento e as guerrilhas, ou pelo menos, os bandos armados iniciam a sua actividade. Com estas acções é completada a organização político-administrativa de maneira a abranger todo o território e a enquadrar toda a sua população (EME, 1963). Nestas condições, podemos afirmar que é a fase decisiva, pois levada a bom termo, dá à subversão, em certos aspectos, superioridade sobre a autoridade estabelecida e às suas Forças de manutenção (Junta de Investigações do Ultramar, 1963).

A fase do Estado subversivo é caracterizada pela criação de bases, ou seja, zonas de território onde a subversão manifesta superioridade sobre as Forças da ordem. Nessas bases aparecerão Forças pseudo-regulares⁵⁷. Numa delas sucederá um governo rebelde, dando lugar ao aparecimento do Estado subversivo (EME, 1963).

Na quinta fase está, conseqüentemente, montada e consolidada toda a máquina subversiva. Esta acciona um exército rebelde, o qual, a partir das bases procurará conseguir, progressivamente, o controle de todo o território, obter o apoio de toda a população e, finalmente, obrigar as autoridades estabelecidas a capitularem (Junta de Investigações do Ultramar, 1963).

Verifica-se portanto que, nesta luta, a balança pende favoravelmente para o lado das autoridades estabelecidas durante as duas primeiras fases, equilibra-se na terceira e inclina-se para o lado da subversão na quarta e quinta. Como corolário, concluímos que o esforço a empregar pelas referidas autoridades para restabelecer a situação terá de ser tanto maior quanto mais adiantada for a fase em que a subversão se encontrar (EME, 1963).

3.3 MODOS DE ACTUAÇÃO

A subversão utiliza modos de actuação muito diversos e variados, que serão combinados e convenientemente doseados em função da situação e do grau de apoio da população, podendo classificar-se, fundamentalmente, em acções clandestinas, acções psicológicas e acções violentas.

⁵⁷ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

As acções clandestinas visam o estabelecimento de uma organização político-administrativa e, posteriormente, também militar, que enquadre a população na totalidade do território a subverter. A montagem dessa organização deve ser o primeiro acto de qualquer movimento subversivo. Ela deve ser especializada, quer pela sua função, como informador ou agitador, quer pelo meio a que se destinam, e os indivíduos que as integram devem ser cuidadosamente seleccionados e organizados em células (EME, 1963).

Quanto às acções psicológicas, elas constituem, também, uma necessidade dos movimentos subversivos. Estas têm como finalidade influenciar o comportamento e as atitudes da população e, na medida do possível, dos meios da contra-subversão⁵⁸, de forma a operar a transição de um universo político para aquele que a subversão se propõe atingir. Tem ainda como intuito criar um clima favorável à subversão e desfavorável à contra-subversão (Couto, 1988b).

As acções referidas são levadas a efeito através “da imprensa, da rádio, do cinema, da televisão, da distribuição de panfletos⁵⁹ ou outras publicações, de reuniões e de conferências” (EME, 1967, Cap.I, p.15).

Finalmente, há as acções violentas⁶⁰, que são, além de processos de conquista das populações, as acções de guerra propriamente dita. Estas acções podem ser levadas a efeito pela própria população, que pode ser induzida a participar em greves, manifestações e em reuniões ilícitas, por terroristas, conduzindo o terrorismo, e por elementos militarizados, mais ou menos organizados que executam acções de guerrilhas e de Forças pseudo-regulares (Junta de Investigações do Ultramar, 1963).

3.3.1 TERRORISMO

Utilizando a violência na escala aconselhável, o terrorismo visa fomentar insegurança e eliminar ou, no mínimo, neutralizar os elementos que se revelem peculiarmente nefastos ao progresso da subversão (Alves, 1998). Este tipo de acção manifesta-se por atentados contra pessoas e por sabotagem, contra os bens, e pode ser sistemático ou selectivo.

O terrorismo sistemático consiste na realização de atentados generalizados, sem discriminação aparente, executados de uma forma tão espectacular quanto possível, de forma a “creditarem a acção subversiva e a criarem um clima de medo e de insegurança gerais que leva ao isolamento das massas relativamente às autoridade legais e ao descrédito destas” (Couto, 1988b, p.244).

Quando ao terrorismo selectivo, este é dirigido contra determinados indivíduos ou categoria de indivíduos importantes, uns ligados ao poder estabelecido, para provar que a

⁵⁸ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

⁵⁹ Ver a Figura M.2 – Panfleto de uma mensagem subversiva, no Apêndice M – Operações Psicológicas no Afeganistão.

⁶⁰ Que têm por finalidade aumentar a agitação e o descontentamento da população e paralisar certas actividades e serviços essenciais à vida da colectividade.

subversão tem força suficiente para agir contra esse poder, outros que pretendem resistir à prestação de auxílio solicitado pela subversão e que, desta forma, são obrigados a fazê-lo⁶¹ (EME, 1963).

Interessa ainda referir que, embora o terrorismo ocorra geralmente dentro das fronteiras do território alvo da violência subversiva, vem-se verificando uma tendência crescente para atingir alvos exteriores a tais fronteiras. Dado que tais actos são levados a cabo por agentes não-estatais, crê-se que deverá ser referido como terrorismo transnacional, para o distinguir de acções semelhantes realizadas por indivíduos ou grupos controlados por Estados soberanos (Couto, 1988b).

3.3.2 GUERRILHA

A força de guerrilha, como escalão combatente de um movimento de resistência, surge em progressividade na sequência das milícias locais, de estrutura mais rudimentar, que a alimentam dos seus melhores elementos. Por sua vez, será este tipo de Forças, a dar corpo ao correspondente exército convencional quando chegado o momento de o incrementar. O seu desenvolvimento permite-lhes ter um papel duplo, ou seja, transformarem-se elas próprias em Forças regulares com o decurso da luta e apoiarem a luta destas Forças regulares (Exército Português, 2010).

Na generalidade das suas operações, as Forças de guerrilha executam isoladamente ou conjugadas entre si, golpes de mão, contra objectivos fixos, emboscadas⁶², contra objectivos móveis, e acções de flagelação, semelhantes às anteriores mas de menor envergadura e sem objectivo determinado, por vezes executadas só pelo fogo, destinadas unicamente a manter um clima de insegurança na população e nas Forças da ordem (EME, 1963). Além deste tipo de operações, em determinadas situações, podem ainda executar outras de maior envergadura e duração.

Dentro desse sistema, o terrorismo e a sabotagem, que na linguagem comum se confundem por vezes com a guerrilha, são claramente diferentes. A guerrilha é conduzida contra as Forças militares do poder, respeitando os cidadãos em geral, em algumas circunstâncias têm até estatuto legal, de acordo com o direito internacional (Exército Português, 2010).

3.4 FENÓMENO SUBVERSIVO NA ACTUALIDADE

Ainda que não com esta designação, o fenómeno subversivo existiu sempre, como a própria guerra, à superfície do Globo na luta permanente entre os homens, grupos ou

⁶¹ Neste caso, a acção dos terroristas incide sobre pessoas de família e sobre os bens desses indivíduos e não directamente sobre eles.

⁶² “Operação ofensiva, realizada de surpresa, sobre elementos rebeldes ou seus simpatizantes em movimento” (EME, 1963, Anx-p.11).

Estados contra outros homens, utilizando os processos directos ou indirectos não aconselháveis (Alves, 1998). As agora generalizadamente chamadas subversão e guerra subversiva, são fenómenos cuja origem se perde na História, tendo sido teorizados desde a Antiguidade por pensadores como *Sun Tzu*, *Maquiavel*, *Clausewitz*, e contemporaneamente por *Lenine*, *Mao Tse-Tung*, e *Debray*⁶³.

As guerras, como vimos, são fundamentalmente acerca das pessoas e deixaram de obedecer ao modelo trinitário *clauswitziano*. Estas, além dos Estados envolvem múltiplas organizações de um novo tipo que se opõem entre si. Conforme a circunstância, qualificamos os seus agentes como terroristas, guerrilheiros, mercenários ou milícias. Estes não representam um Estado, não obedecem a um governo e possuem uma capacidade e um impacto destabilizador em regiões do planeta muito específicas (Garcia, 2007a).

O fenómeno subversivo actual manifesta algumas linhas de continuidade em relação ao passado (assimetria, lassidão, guerra psicológica, terreno complexo), mas a par da melhoria dos métodos e dos meios, “levam à sofisticação de algumas ameaças, nomeadamente no que se refere ao terrorismo” Prata (2011).

Neste contexto, não é por acaso que as Actlrreg têm maior incidência em zonas urbanas do que em zonas rurais. O facto tem a ver com o “domínio ou paralisação das principais bases de produção, como acção que visa conduzir mais rapidamente ao enfraquecimento das Forças no poder e condicioná-las aos fins que se perseguem, na impossibilidade de as combater directamente” (Exército Português, 2010, p. 3-8). De acordo com Ralph Peters (1996, p.43) “os futuros combates serão nas ruas, nas redes de esgotos, nos arranha-céus, nos parques industriais, nos aglomerados habitacionais, nos bairros de lata (...) no próximo século, e perante uma crescente onda de urbanização, será bastante difícil evitar as áreas urbanas e os combates no interior destas”.

No meio urbano, os objectivos que um movimento pode escolher para a sua acção, podem ser humanos, que são o conjunto de indivíduos que desempenham determinadas funções na estrutura social aos diversos níveis, e podem ser materiais, onde se incluem as instalações e os meios que os objectivos humanos utilizam para cumprir as suas funções.

Neste contexto, as principais formas de actuação em ambiente urbano, cuja maioria já foi referida no trabalho como um modo de actuação dos movimentos subversivos, são a propaganda⁶⁴, manifestações e conflitos sociais, o terrorismo e sabotagens, os golpes de mão e emboscadas.

⁶³ Ver Apêndice D – Teorizadores da subversão.

⁶⁴ Ver a Figura M.1 – Panfleto de Operações Psicológicas, no Anexo M – Operações Psicológicas no Afeganistão.

CAPÍTULO 4 – OPTIMIZAÇÃO DAS RESPOSTAS À SUBVERSÃO

4.1 SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO

Do conceito inicial de Subversão “e dos elementos constitutivos da dialéctica⁶⁵ que desencadeia, surgem os aspectos que definem o conceito de contra-subversão e, por associação dos dois fenómenos, o de Guerra Subversiva” (Alves, 1998, p.242)

Numa guerra subversiva, como noutra qualquer, lutam dois adversários, um que procura subverter e outro que terá de lutar contra esta subversão. Esquematizado no capítulo anterior o procedimento do primeiro, tratar-se-á em seguida das finalidades a atingir e das formas de acção a utilizar pelo segundo.

Neste contexto podemos afirmar que, para a contra-subversão, vencer significa não apenas destruir uma estrutura subversiva, mas também conseguir-se o isolamento permanente, físico e psicológico, da população, relativamente a acções de subversão (Couto, 1988b).

A resposta à subversão é otimizada se conhecermos os princípios da contra-subversão, pois é importante encontrar pontos de ligação entre estes.

Os princípios gerais que devem orientar a luta contra a subversão apresentam-se como consequência das características fundamentais da guerra subversiva. Uma dessas características é, essencialmente, um problema de conquista da população, baseado no primeiro princípio de que a luta contra a subversão é uma luta pela população⁶⁶ e nunca contra a população. Assim, como a subversão não tem sucesso se não obter apoio de uma grande parte da população, também a luta contra a subversão não terá essa possibilidade se não for conduzida no sentido de impedir que a referida população se deixe convencer pela propaganda e pelos agitadores subversivos (EME, 1963).

A subversão como técnica que visa não só o Poder como também atingir subtilmente a opinião pública⁶⁷, e utilizando, ou não, processos violentos, procura desmoralizar e desacreditar a autoridade, arrastar as massas para impedir uma intervenção espontânea a favor do restabelecimento da ordem estabelecida (Martins, 2004).

Um segundo princípio, resultante da forma como a organização subversiva procura obter o apoio da população, é o de que não é possível actuar contra a subversão somente com Forças diametralmente opostas. Pelo contrário, há que empregar Forças concorrentes

⁶⁵ Ver Anexo J – Guerra Subversiva.

⁶⁶ Ver Anexo M – Operações Psicológicas no Afeganistão.

⁶⁷ “Pensamento geral ou atitude em relação a questões políticas, morais, filosóficas, religiosas; o que passa por ser o pensamento comum da maioria dos membros de uma sociedade” (Porto Editora, 2011, p. 1154).

que tenham por efeito desviar as da subversão, rebatendo as ideias difundidas pela sua propaganda com ideias verdadeiras (EME, 1963).

Neste contexto surge o terceiro princípio, e talvez o mais importante do ponto de vista militar, em que a luta contra a subversão não pode ser levada a efeito exclusivamente pelas Forças militares. Estas Forças não devem representar senão uma pequena parte dos meios a empregar nessa luta (EME, 1963). Assim, é necessário empregar muitas outras medidas de ordem política, social, psicológica, etc.

Ainda como resultante da primeira característica apontada à guerra subversiva, surge o quarto princípio, onde é evidentemente indispensável na luta contra a subversão um conhecimento pormenorizado da população em todos os seus aspectos, como a raça, língua, religião, organização social, os costumes, condições de vida, sentimentos, aspirações, entre outros⁶⁸ (EME, 1963).

A guerra subversiva não pode ser circunscrita ao território onde se processa, por isso, quando se faz um estudo de situação de guerra, isto é, como num dado território, se deve conduzir a luta contra a subversão, esse estudo não se pode limitar a esse território (quinto princípio), é necessário procurar todas as verdadeiras origens dessa subversão e as Forças que nela intervêm. Além disso, não nos podemos limitar a actuar no interior desse território (sexto princípio), é preciso também actuar fora dele, pela diplomacia, pela espionagem, pela propaganda. Na luta a levar a efeito no interior do território, revestem primordial importância as medidas policiais e militares destinadas a cumprir uma eficiente interdição de fronteiras (sétimo princípio), isto é, dificultar a ajuda que os rebeldes recebem do exterior (EME, 1963)

Da grande complexidade, da guerra subversiva, resultante do carácter clandestino, da diversidade de meios e processos empregues em toda a superfície do território a pacificar, deduzimos mais princípios da luta contra a subversão: a importância e conseqüente necessidade de um serviço de informações suficientemente desenvolvido e adaptado (oitavo princípio); a necessidade de adoptar a mesma diversidade de meios e processos de luta que a subversão (nono princípio); a necessidade de dispor de uma densidade de meios de pesquisa de informações, de segurança e defesa, de acção ofensiva e de apoio de toda a espécie (décimo princípio), calculada por áreas e não por frentes (EME, 1963).

4.2 ACÇÃO DA CONTRA-SUBVERSÃO

Enunciados os princípios gerais pelos quais se deverá orientar a luta contra a subversão, procurar-se-á concretizar em que consiste essa luta. O objectivo final desta será então, “a protecção de todas as estruturas da região em causa, de modo a impedir que a

⁶⁸ “Por isso quando os Comandantes vão para o TO deveriam receber estas informações, de forma bastante pormenorizada, para se prepararem para o teatro” (Ruivo, 2011).

subversão possa desencadear-se ou, se iniciada, possa ter êxito, ou seja evitar a subversão” (Alves, 1998, p.293).

Em qualquer caso a luta contra a subversão tem por fim essencialmente: conservar ou reconquistar o apoio da população; manter ou restabelecer o controlo efectivo de território, assegurando o livre exercício de funções das autoridades estabelecidas, o funcionamento dos serviços e a salvaguarda das pessoas e dos bens; e garantir o apoio exterior, que dos dirigentes quer da opinião pública (EME, 1963).

Para atingir estas finalidades há que neutralizar a organização político-administrativa do In, neutralizar a acção psicológica da subversão e neutralizar as acções violentas da subversão. É evidente que estas acções exigem, para que a referida luta possa ser conduzida eficazmente, uma cuidadosa condenação que assegure a unidade de acção por parte de todos os sectores de actividade que nela tenham de participar (EME, 1963).

Da descrição do fenómeno subversivo feita no anterior capítulo e pela sistematização elabora acerca das finalidades e acção da contra-subversão, concluímos que os principais actores em ambiente subversivo são a população, as Forças de subversão, as Forças de contra-subversão e a comunidade internacional.

4.3 MISSÕES DAS FORÇAS ARMADAS NA CONTRA-SUBVERSÃO

O Governo legítimo de uma Nação não é imune a acções de subversão, quer unicamente internas, quer fomentadas ou apoiadas do exterior. Assim, a contra-subversão consiste no esforço conduzido pelas autoridades de facto, no sentido de conservar ou reconquistar a aceitação, pela população, do regime e sistemas políticos vigentes, para que essa população se torne impenetrável às acções de subversão (Exército Português, 2010).

Numa luta abertamente subversiva, passa-se de um problema de ordem pública a outro de ordem política, em que a intervenção das FA passa a ter cabimento, a partir de uma declaração do Estado de Sítio⁶⁹ ou, em algumas circunstâncias, Estado de Emergência⁷⁰, devendo adaptar-se a sua organização, no geral, às condições da luta contra subversiva (Exército Português, 2010).

As FA, pelo seu normal emprego e conseqüente preparação dos seus elementos, necessitam de conversão para poder actuar nestas situações, podendo esta conversão ser demorada e exigente. As Forças convencionais, em particular as de Infantaria, preparadas e inculcadas com espírito agressivo, mesmo quando adaptadas a este tipo de luta, não são as mais indicadas para aplicação num período inicial. As FOE, pela sua natureza e preparação específica nesta área, são as mais vocacionadas para actuar nesta fase (Exército Português, 2010).

⁶⁹ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

⁷⁰ Ver Apêndice A - Corpo de Conceitos.

II – SUSTENTAÇÃO PRÁTICA

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA

5.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

O objectivo da investigação é responder à pergunta de partida⁷¹. Para este efeito formulamos hipóteses e procedemos às observações que elas exigem. O TIA está organizado em torno de hipóteses, tentando conduzir com ordem e rigor a investigação. A hipótese está alicerçada numa reflexão teórica e num conhecimento preparatório do fenómeno estudado, representando como que uma pressuposição sobre a questão em causa.

Ao mesmo tempo, “a hipótese fornece à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que ela é formulada, substitui nessa função a questão da pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente na nossa mente” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 119). Deste modo, depois de definidas as hipóteses é necessário testá-las.

O método científico reúne um conjunto de determinadas normas que devem ser satisfeitas na condução da pesquisa para a obtenção de conclusões válidas. O método aplicado nesta investigação foi o hipotético-dedutivo⁷², que se baseia num raciocínio que parte do geral para o particular. Este tipo de raciocínio tem o objectivo de explicar o conteúdo das premissas que por inferência permitem extrair uma conclusão.

Apesar da informação acerca de subversão ser variada, foi necessário que o campo de análise do tema fosse claramente circunscrito. Deste modo, para a materialização do TIA recorreu-se essencialmente à análise de documentos disponíveis em órgão militares, como o Instituto de Ensino Superior Militar (IESM) e Bibliotecas Militares, também à recolha de informações através do método da entrevista.

Para a recolha de informação, também foi utilizado o método inquisitivo⁷³ presente na realização de entrevistas formais, semi-formais e informais, revestindo-se as duas últimas de enorme importância, tanto para a compreensão global do tema, como para a clarificação de ideias.

⁷¹ Ver Figura B.1 – Modelo de Investigação do Trabalho.

⁷² “Este modelo gera, através de um trabalho lógico, hipóteses, conceitos e indicadores para os quais se terão de procurar correspondentes no real” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 144).

⁷³ De acordo com Manuela Sarmiento (2008) este método é assente no interrogatório escrito ou oral.

De acordo com o supramencionado, é importante reconhecer que estamos na presença de um trabalho com uma abordagem predominantemente qualitativa, pois uma das técnicas utilizadas para a obtenção de informação foram as entrevistas individuais.

5.2 PROCEDIMENTO E TÉCNICAS

A recolha de dados é uma das fases do processo de pesquisa, e para esta investigação, foram utilizadas fontes primárias e fontes secundárias. Nas fontes primárias enquadram-se os artigos de revista, dissertações, relatórios técnicos, e as publicações periódicas. Nas fontes secundárias, encontramos a informação de mais fácil e rápida aquisição, uma vez que foi informação disponível para ser utilizada, sendo esta encontrada nos livros e Internet.

Para complementar a pesquisa de informação, foram realizadas entrevistas a militares com experiência em missões internacionais, que foram planeadas tendo em consideração a delimitação dos objectivos da investigação com clareza e rigor, a definição das variáveis, a caracterização da população da investigação e a tecnologia de registo e de tratamento de dados.

5.2.1 OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Após a definição do problema de investigação, descrevem-se os objectivos da investigação, que originam uma entrevista correspondente às variáveis a estudar, orientada para os Oficiais que participaram numa FND do Exército Português.

As variáveis que foram definidas tiveram por base as hipóteses levantadas na investigação e outros indicadores necessários à confirmação de determinados conceitos abordados neste trabalho.

Para a concretização das entrevistas, foi realizado um guião de entrevista⁷⁴, previamente aprovado pelo orientador da investigação.

5.2.1 ENTREVISTAS

Foram efectuadas entrevistas⁷⁵ semi-estruturadas, isto é, os entrevistados responderam às perguntas do guião, mas também falaram sobre outros assuntos relacionados com as perguntas e com a temática a desenvolver. As perguntas do guião visaram direccionar as respostas para os assuntos a tratar nas hipóteses levantadas para a investigação.

⁷⁴ Ver Apêndice A – Guião de Entrevista.

⁷⁵ As entrevistas foram individuais, obtendo-se os dados ao inquirir apenas um indivíduo. Todas as entrevistas foram presenciais tendo existido contactos telefónicos com antecedência.

As entrevistas foram realizadas com o propósito de saber qual a opinião concreta dos entrevistados sobre os assuntos pré-desenvolvidos, possibilitando que os mesmos justificassem as suas respostas de modo a enriquecer a investigação, o que permitiu a descoberta de informação e auxiliou na resposta às questões do presente trabalho de investigação. Posteriormente, as respostas foram submetidas a uma análise qualitativa, onde analisámos o conteúdo materializado em quadros, com os resultados das entrevistas.

Estes quadros têm como finalidade reduzir o material a trabalhar, permitindo o conhecimento da plenitude do discurso e auxiliar a comparação longitudinal das entrevistas. Assim, estes quadros consistem em sínteses das respostas da entrevista, sendo fidedignas ao que disseram os entrevistados (Guerra, 2006)

5.2.3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

A caracterização da população da amostra, cingiu-se à escolha dos militares a entrevistar, no universo dos militares do Exército português disponíveis, com experiência no TO do Afeganistão. Por outro lado, também se teve em conta a escolha de dois militares com vastíssima experiência na preparação de militares, para a participação destes em TO classificados de especial relevância para o estudo.

A amostra da população abrangeu quatro Oficiais de Infantaria, com imprescindíveis qualidades que contribuíram para o aperfeiçoamento do trabalho. Entre os Oficiais entrevistados consta o Tenente-Coronel Delfim Fonseca, o Major Matos Grilo, o Tenente-Coronel Pinto Prata e o Tenente-Coronel José Ruivo.

5.2.4 MEIOS UTILIZADOS

Durante a realização das entrevistas, utilizou-se para a sua gravação um gravador *Philips DIG LFH*. Antes da utilização do aparelho, questionaram-se os entrevistados sobre o inconveniente em gravar a conversa, bem como sobre a possível transcrição das respostas, para anexar ao trabalho, sendo que todos os entrevistados não levantaram qualquer objecção.

CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

6.1 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Tal como já foi referido precedentemente, a apresentação de resultados foi qualitativa, fazendo-se uma análise do conteúdo das entrevistas. Nesta análise identifica-mos, nas respostas a cada uma das perguntas, as partes semelhantes e aquelas a que os entrevistados deram mais valor. Assim, foram elaborados quadros com a apresentação das respostas⁷⁶.

Os quadros de resultados estão em Apêndice D – Quadros com resultados das entrevistas, onde se encontra materializado um quadro de resultados para cada questão feita aos entrevistados.

O quadro D.1⁷⁷ apresenta a análise de conteúdo à questão I – O novo AO obriga a uma crescente preocupação perante ameaças, que se pensavam “velhas” mas que se manifestam muito actuais, muito em especial no âmbito da assimetria. Que ameaças julga como mais prováveis no TO?

Todos os entrevistados consideram as ameaças irregulares como as mais prováveis no TO, em que são empregues métodos e meios não convencionais, pelo oponente. As ameaças irregulares incluem meios como a insurreição, o terrorismo e a espionagem, como foi referido pelo Major Matos Grilo. O adversário recorre à guerra irregular para, além de contrariar as vantagens do mais forte e prolongar o conflito, também causar um grande impacto nos *media*, referido pelo Tenente-Coronel Delfim Fonseca. As ameaças consideradas como mais prováveis no TO do Afeganistão são os ataques com IED nas suas diferentes modalidades, os ataques com *rocket's* e acções de emboscadas.

O quadro D.2⁷⁸ apresenta a análise de conteúdo à questão II – Atendendo à legislação e documentos doutrinários actuais, em que medida estará o Exército a dar importância às novas ameaças?

Em relação a esta questão, as respostas são divergentes, sendo que os argumentos desta referem que a legislação e o Exército têm dado importância às novas ameaças, mas por outro lado, outras repostas apontam para uma pirâmide legal e para a doutrina actual, como estando bastante fragilizadas, carecendo de actualização relativamente ao assunto em questão. O Major Matos Grilo refere ainda a importância que deve ser dada às novas ameaças, visto estas estarem presentes há mais de uma década. O Tenente-Coronel Pinto

⁷⁶ Ver apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

⁷⁷ Ver Apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

⁷⁸ Ver Apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

Prata transmitiu uma visão mais pormenorizada sobre os procedimentos adoptados pelo Exército para uma optimização das repostas operacionais face aos aspectos da subversão, onde abarcámos principalmente, o envio de Oficiais ao estrangeiro para frequentar Cursos no âmbito de combate às ameaças existentes nos TO. Com base nestes Oficiais, foi criado no CTOE um Curso de Formação (Curso de Prevenção e Combate a Ameaças Terroristas – CPCAT) que visa fundamentalmente preparar Oficiais e Sargentos das FND, ligados às áreas das Informações e Operações, para ficarem aptos a tomarem medidas preventivas, passivas e activas, para combaterem o Terrorismo. O Tenente-Coronel Ruivo transmite que o Comando da Instrução e Doutrina (CID), está a dar importância a esta vertente das Actlreg, mas ainda falta muita coisa. Falta um manual, ou uma publicação doutrinária baseada nas lições apreendidas das FND dentro desta área.

O quadro D.3⁷⁹ apresenta a análise de conteúdo à questão III – Na formação e no treino que é proporcionado aos militares do Exército Português a temática das operações irregulares e, em particular a subversão, têm sido convenientemente abordadas?

Todos os entrevistados, à excepção de um, consideram que a temática das operações irregulares não tem sido convenientemente abordada. Esta foi uma pergunta em que os entrevistados argumentaram a resposta expressando que, o treino que é dado aos militares é muito generalista e não é orientado para a missão, devendo ser abordado de outra forma. O Tenente-Coronel Delfim Fonseca refere ainda que, com o fim da obrigatoriedade do Curso de Operações Irregulares (COIR), a formação e o treino sobre esta temática têm vindo a decair, embora, para o Major Matos Grilo haja um despertar recente desta necessidade. Uma opinião divergente refere que a formação e o treino têm sido convenientemente abordados.

O quadro D.4⁸⁰ apresenta a análise de conteúdo à questão IV – A doutrina Nacional sobre a subversão está adequada, face ao que se verifica nos conflitos actuais?

Todos os entrevistados estiveram de acordo que a doutrina Nacional sobre a subversão contém os princípios gerais, mas está desactualizada. O que acontece actualmente e as decisões nos TO, são tomadas à luz da doutrina Nacional, porém, como, dá-se pouca ênfase ao treino nessas áreas. É referido também que as TTP que se utilizam no Afeganistão, é mistura da muita experiência e de poucos conceitos dos manuais.

O quadro D.5⁸¹ apresenta a análise de conteúdo à questão V – Em que medida o conhecimento do modo de acção da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, a maneira como actua e se organiza?

Esta questão teve o intuito de saber se o conhecimento na área da subversão, auxilia a perceber melhor a ameaça, e as respostas obtidas evidenciaram que este conhecimento é importante para uma actuação mais eficaz.

⁷⁹ Ver Apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

⁸⁰ Ver Apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

⁸¹ Ver Apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

Todos os entrevistados consideram o conhecimento nesta área muito importante, apresentando vários argumentos. O principal argumento cifrou-se no desenvolvimento eficaz de ferramentas e mecanismos de conduzir a contra-subversão, conhecendo o modo de actuação dos insurgentes. O conhecimento do In e da sua forma de combater, também influenciam fortemente a forma de preparar as unidades. No seguimento deste argumento surge ainda a importância deste conhecimento no auxílio do Sistema de Informações.

O quadro D.6⁸² apresenta a análise de conteúdo à questão VI – Que tipo de formação, específica em subversão, deveria ser ministrada aos militares do Exército, e em que circunstâncias?

As respostas obtidas evidenciaram que a formação específica em subversão deveria ser ministrada aos militares do QP. O Tenente-Coronel Delfim Fonseca refere que o COIR deveria surgir novamente na formação dos militares ao ingressar nos QP. De salientar que o Major Matos Grilo menciona a importância desta formação mais teórica na AM e ESE.

O quadro D.7⁸³ apresenta a análise de conteúdo à questão VII – No caso do cumprimento de missões no TO do Afeganistão, considera que os conhecimentos adquiridos anteriormente sobre subversão sejam uma mais-valia ao operar em tal situação? Pode fundamentar a sua resposta?

Todos os entrevistados consideram os conhecimentos adquiridos sobre subversão, uma ferramenta importante para a actuação no TO do Afeganistão. Entre os argumentos referidos, salienta-se a utilidade destes conhecimentos para a adaptação da doutrina quase inexistente. Os militares, ao perceberem como a ameaça actua, estão mais atentos a possíveis riscos, o que minimiza as baixas.

6.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste ponto, é substancial a informação documental e a transmitida pelas entrevistas. Assim, é fundamental confrontar os dados obtidos com os previstos e, também com os resultados alcançados anteriormente pelos diversos autores sustentados na parte teórica.

A análise vai ser feita abordando três conteúdos importantes da temática da subversão: as ameaças irregulares, a doutrina e legislação, e também, a formação no âmbito subversivo.

Dado existirem novos tipos de ameaças e riscos, uma nova lógica de conflitualidade, a evolução tecnológica dos armamentos e equipamentos determinam novos conceitos doutrinários e um novo modo de definir objectivos militares⁸⁴. A nova ameaça, que se procurou tipificar, é imprevisível, difusa, mas também muito perigosa. A doutrina denomina

⁸² Ver Apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

⁸³ Ver Apêndice G – Quadros com Resultados das Entrevistas.

⁸⁴ Objectivo Militar é definido como “uma missão ou tarefa específica para onde os esforços e recursos militares são aplicados” (Lykke, 2001, p. 181)

estas ameaças de “Ameaças Irregulares” (Headquarters, Department of the Army, 2008a, p. 1-4), e são constituídas por oponentes que empregam métodos e meios não convencionais para atingir os seus objectivos. Quando estamos a falar deste tipo de ameaças referimo-nos ao terrorismo, à espionagem, à insurreição e à guerra de guerrilha, que procuram causar grande número de baixas e impacto nos *media* devido à sua capacidade de destruição (Fonseca, 2011; Grilo, 2011). O Tenente-Coronel José Ruivo (2011) introduz outros conceitos relacionados também com este tipo de ameaças, que são os *Improvised Explosive Device* (IED) nas suas diversas variantes, ataques com *rocket's* e acções de emboscada.

No Relatório Final de Missão (RFM) da FND, no âmbito da *International Security Assistance Force* (ISAF) do 1.º Semestre de 2007, no que respeita à avaliação da ameaça do Afeganistão, refere que esta utiliza tácticas assimétricas, sendo maioritariamente as seguintes: IED, flagelações, emboscadas, *snipers*, sabotagens e propaganda.

Neste contexto, conhecendo o *Modus Operandi* dos movimentos subversivos, é impreterível a adopção de medidas preventivas e de resposta. Destas medidas elencamos o evitar rotinas de procedimentos durante patrulhamentos, evitar rotinas de horários para patrulhamentos e evitar rotinas de itinerários nos patrulhamentos (Fonseca 2011; Ruivo 2011).

Podemos também considerar outras medidas, como por exemplo: ao estabelecer contactos com elementos locais ter em atenção a possibilidade de serem agentes de informações de grupos criminosos; não parar em cima de manilhas de água perpendiculares ao itinerário; ter atenção às pessoas nesses locais que observam a passagens das colunas, pois estes podem estar a preparar-se para lançarem uma granada, ou activarem um IED; e tendo em conta o modo de actuação da ameaça, colocar sempre a viatura com as contra-medidas electrónicas⁸⁵ entre as primeiras três da coluna (RFM/1.º/2007).

As novas ameaças são, na realidade, “formas de actuação que já foram muito usadas, e relativamente às quais existe adequada doutrina” (Santos, 2001, p. 41). É claro que com a evolução da tecnologia estas ameaças tornam-se mais sofisticadas e perigosas, principalmente quando falamos em terrorismo (Prata, 2011).

A acção militar contra este tipo de ameaças levou à criação de estruturas de Forças mais flexíveis, projectáveis, sustentáveis, interoperáveis⁸⁶, mais informadas e tecnologicamente evoluídas (Exército Português, 2010).

A intervenção militar nas várias fases do conflito, em paralelo e em concorrência com outros actores no terreno, obriga ao recurso a técnicas e modos de actuação de menor risco, mais discretos e económicos, mas que se pretendem de igual eficácia. Esta forma de

⁸⁵ Medidas para impedir ou reduzir o uso do espectro electromagnético pelo In, através do uso da energia electromagnética (EME, 2005). As FND no Afeganistão usam este tipo de equipamentos designados por *Electronic Jammer Against Bombs*.

⁸⁶ A interoperabilidade define-se como a “capacidade que os sistemas, unidades ou Forças têm de prestar e aceitar serviços de outros sistemas, unidades ou Forças permitindo a operação efectiva em conjunto” (NATO, 2010).

actuação consubstancia-se em processos tipicamente utilizados em estratégias do fraco contra o forte, e aplica-se com o fim de explorar vulnerabilidades militares, políticas, económicas, psicológicas e de informação do In. Inclui a resistência e a subversão, nas suas diversas fases, e quando conduzidas por civis com organização diversificada designam-se por Operações Irregulares (Exército Português, 2010).

O combate às ameaças que resultam das Actlrreg, não constitui novidade para as FA, em concreto para o Exército, uma vez que enfrentou durante vários anos Movimentos Subversivos que utilizavam esta forma de combate. A doutrina sobre Actlrreg está actual e tem vindo a ser desenvolvida pelo CTOE (Prata, 2011). Devido à necessidade das FA se adaptarem, a legislação também está em permanente evolução (Fonseca, 2011).

A relevância que é dada às Actlrreg é manifestada desde há muito tempo, tanto doutrinariamente como legalmente, o que faz destas, um conceito milenar. A Constituição Portuguesa sempre sustentou que a defesa da Pátria é um dever fundamental de todos os Portugueses. Na verdade, as alianças e organizações internacionais a que Portugal pertence, evoluíram consideravelmente e, no plano interno, tiveram lugar modificações com incidência na política de defesa nacional⁸⁷. Após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, registaram-se no plano internacional, alterações significativas, que não podem deixar de ter consequências nos assuntos de segurança e defesa de Portugal. Neste contexto, o CEDN divulga que, as FA deverão ter capacidade dissuasora, no quadro do nosso sistema de alianças, para desencorajar as agressões ou restabelecer a paz, em condições satisfatórias e, saber organizar, através dos meios adequados, a resistência em caso de agressão.

Ainda neste âmbito, o terrorismo, nas suas variadas formas, constitui uma grave ameaça à segurança e estabilidade internacionais, por consequência o Estado deve, de acordo com o CEDN: colaborar activamente, no quadro da comunidade internacional, na prevenção do terrorismo, em múltiplas vertentes, incluindo operações militares; dar a adequada prioridade, na definição do esforço, estrutura e meios da defesa nacional, à necessidade de melhor conhecer, detectar, dissuadir e reprimir o fenómeno terrorista.

Ainda que plasmado na legislação, o esforço que deve ser feito para conhecer a ameaça para actuar com eficácia, a doutrina que existe carece de ser actualizada para que seja passível de usar como TTP numa FND. O que o Exército faz é estudar as lições apreendidas, de maneira a conhecer melhor as Forças opositoras para conseguir minimizar o número de baixas e otimizar as respostas operacionais face à dinâmica subversiva no AO.

Ainda que os conceitos doutrinários materializados nos manuais nacionais, estejam próximos da realidade (Grilo, 2011), é dada pouca ênfase ao treino no âmbito da subversão.

⁸⁷ “Sector da política de segurança nacional que compreende o conjunto de acções que visam especificamente prevenir ou enfrentar ameaças externas aos interesses nacionais” (Pires, 1998, p. 105)

O treino e formação nesta área deveriam ser dados, nos bancos da escola (Grilo 2011; Ruivo 2011), acima de tudo aos militares do QP. O Tenente-Coronel Delfim Fonseca e o Tenente-Coronel José Ruivo sustentam a importância do COIR na formação dos militares dos QP, e seria da maior relevância a sua frequência actualmente, atendendo ao contexto de ameaça global do terrorismo. Para além de cumprir com o estipulado em Lei, permitiria aos militares do QP, “uma vez que são empossados com essas responsabilidades” (Grilo, 2011) conhecer a lógica de um movimento subversivo que, em determinada fase da sua gestação, passa pela fase do terrorismo, permitindo-lhes assim compreender o tipo de ameaça, hoje global, e portanto diminuir o risco da sua ocorrência pela adopção de medidas preventivas e de resposta. Portanto, este conhecimento “por dentro” permitiria alcançar dois objectivos: manter-se-ia por um lado uma capacidade de dissuasão credível das FA e por outro permitiria, atendendo à característica expedicionária do Exército, facultar o conhecimento aos militares que participem em missões em TO onde, Portugal inserido nas alianças de que faz parte, colabora num esforço global de guerra ao terrorismo e onde é este de facto uma ameaça credível.

CONCLUSÕES

O presente TIA teve como objectivo verificar em que medida a transmissão de competências no âmbito das ActIrrreg aos Militares dos QP do Exército contribui para uma optimização das respostas operacionais, face aos aspectos de subversão que emergem no actual AO. Com tal intuito, expuseram-se as características do actual AO e efectuou-se um estudo da legislação e doutrina Nacional no âmbito da contra-subversão. Por fim, analisaram-se as respostas à subversão, mais concretamente o funcionamento da contra-subversão. Assim formulou-se um quadro conceptual expresso nos diferentes capítulos da sustentação teórica. Após realizar a investigação e retirar as ilações patentes na parte teórica, tornou-se imperativo analisar e discutir os resultados provenientes das entrevistas, de modo a validar ou refutar as hipóteses enumeradas na Introdução.

No presente capítulo, procede-se à verificação das hipóteses e consequentes respostas às questões derivadas e, à apresentação da resposta à questão central. Por último, são expostas as respectivas recomendações do trabalho e as propostas para futuras investigações.

No início do trabalho levantaram-se algumas QD às quais respondemos com hipóteses. Relativamente à **QD 1** - *Quais os contornos do actual AO?* Levantou-se a **hipótese 1**: *as ameaças que derivam das ActIrrreg constituem a maior probabilidade nos conflitos actuais*. Após a leitura do primeiro capítulo, podemos sistematizar que se evoluiu de um modelo trinitário *clauswitziano* para um modelo de guerra irregular, global, assimétrica e permanente, sem uma origem clara e que pode surgir em qualquer lugar. A guerra irregular, considerada uma guerra sem frentes nem retaguarda, utiliza meios não habituais, manifestando a sua violência através de guerrilha, crime organizado e terrorismo. Contemporaneamente, podemos afirmar que o conflito no Afeganistão é um exemplo de guerra assimétrica, visto o adversário usar respostas assimétricas face à hegemonia tecnológica dos americanos. Neste contexto, consideramos que as ameaças irregulares são constituídas por oponentes que utilizam métodos e meios não convencionais. Esta ameaça é caracterizada como uma forma de actuação utilizada por indivíduos onde a sua classe, estimulada pela pobreza produz, por si só, o terrorismo. Além do que acabamos de descrever, a resposta à questão I das entrevistas, também valida totalmente a hipótese. Todos os entrevistados consideram as ameaças que derivam das ActIrrreg como as mais prováveis no TO, em que são empregues métodos e meios não convencionais, pelo oponente. Dentro destas referimos os ataques com IED, ataques com *rocket's*, e as *emboscadas*.

No que concerne à **QD 2** - *Qual o enquadramento doutrinário e legal nacional no âmbito das Actlrreg? Considerou-se a hipótese 2 a doutrina e a legislação actual, no que se refere às Actlrreg, permitem manter uma capacidade de dissuasão credível das FA Portuguesas.* Após a análise do segundo capítulo, percebemos que a doutrina nacional não está completamente actualizada no que concerne às Actlrreg, embora contenha os conceitos gerais. Também concluímos que a legislação é bastante clara e está em permanente evolução, mas mantendo princípios basilares que permitem manter uma capacidade de dissuasão credível das FA devido à responsabilidade individual em defender a Pátria. Tem-se verificado, também, uma preocupação particular em relação ao terrorismo transnacional. Cumprindo os preceitos constitucionais, concretiza-se a capacidade dissuasora, das FA, para desencorajar ameaças e a capacidade para repor o controlo do território, a autoridade do Estado em caso de agressão e a sua capacidade para organizar a resistência. Após o que acabamos de descrever, estamos em condições de validar parcialmente a **hipótese 2**, pois a doutrina nacional, referente a este tema, tem que ser actualizada com base na experiência das FND. Por outro lado, a legislação nacional refere-se ao terrorismo transnacional como uma ameaça, o que demonstra uma dissuasão inerente das FA. Na resposta à questão II, os entrevistados explanam medidas tomadas pelo Exército, em relação ao combate às novas ameaças, mas estas têm que fazer parte da doutrina.

A **QD 3** leva-nos a interrogar - *Quais as formas de organização e actuação da subversão?* Em resposta a esta QD levantamos a **hipótese 3** *o modo de actuação de um movimento subversivo actual manifesta algumas linhas de continuidade em relação ao passado, mas apresenta diversas inovações, como transferir o esforço das áreas rurais para as urbanas e a existência de diversos apoios, assumindo um cariz de maior complexidade.* Ao analisarmos o terceiro capítulo esclarecemos que o fenómeno subversivo actual manifesta algumas linhas de continuidade em relação ao passado (lassidão, ambiguidade, guerra psicológica), mas a par da melhoria dos métodos e dos meios, apresenta diversas inovações, como o transferir do esforço das áreas rurais para as urbanas com a consequente incapacidade de concentração e actuação em larga escala e, uma diversificação de apoios. A complexidade da subversão resultado do facto, de actualmente as guerras desenrolarem-se, pela e entre a população, o que leva a uma propagação dos apoios para os movimentos subversivos. Visto isto, estamos em condições de validar a **hipótese 3**. O desenvolvimento provocou uma alteração nas formas de actuação dos grupos subversivos, que hoje recorrem à tecnologia e meios de comunicação disponíveis. Actualmente, as fases da subversão poderão não ser seguidas, bem como o tradicional apoio da população já não ser essencial. Apesar disto a estrutura interna da subversão assenta em permanência, numa chefia e em diversos sistemas e organizações de acção e de apoio e, continua a actuar através de acções clandestinas, psicológicas e violentas.

Por último apresentamos a **QD 4** – *Como são potenciados os conhecimentos sobre a subversão, tendo em conta a sua aplicação ao nível de FND no Afeganistão?* Para dar resposta a esta questão formula-mos a **hipótese 4** o conhecimento da lógica de um movimento subversivo permite compreender o tipo de ameaças e conseqüentemente a adopção de medidas preventivas e de resposta. Após a análise do quarto e do sexto capítulos, estamos assim certos de que o conhecimento do *Modus Operandi* dos movimentos subversivos é importante para a adopção de medidas preventivas e de resposta. Analisando as questões V e VII, validamos totalmente a **hipótese 4** pois os conhecimentos sobre o modo de acção da subversão são importantes para os militares, para estes actuarem com mais eficácia e, mais facilmente empregam ferramentas e mecanismos para conduzir a contra-subversão. Este conhecimento também auxilia o sistema de informações, o que vai fazer com que sejam criadas medidas de resposta mais eficazes e oportunas, podendo mesmo actuar no início do desenvolvimento do movimento subversivo. Os conhecimentos são potenciados através do treino e da formação, que devem começar nos bancos da escola, passando também por cursos nesta área.

Pode-se agora responder à questão de partida: **Em que medida a transmissão de competências no âmbito das Actlrrreg contribui para uma optimização das respostas operacionais, face aos aspectos de subversão que emergem no actual AO?** – Concluimos que a subversão está presente nos actuais conflitos, e perceber como ela actua e se organiza permite estabelecer decisões e elaborar respostas para o combate a estas ameaças. Para o estudo do In, tornam-se cada vez mais importante as informações, de modo a ter uma visão detalhada deste, e assim conseguir desencadear medidas para contrapor o modo de actuação da subversão. O conhecimento do In e da sua forma de combater influencia fortemente a forma de preparar as unidades para combater. A transmissão destas competências deve ser feita nos bancos das escolas e deve incidir sobre todos os militares dos QP, pois conhecendo a lógica do movimento subversivo ou de resistência, isto é, competências no âmbito das Actlrrreg, permite assim compreender o tipo da ameaça, cada vez mais complexa e evoluída tecnologicamente, e portanto contribuir para uma optimização das respostas operacionais, que passa pela adopção de medidas preventivas e de resposta.

Podemos concluir, também, que estas medidas já têm sido determinadas e também empregues face aos aspectos de subversão que emergem no actual AO, especificamente pelas Forças projectadas para o Afeganistão. Face ao carácter assimétrico da ameaça, todos os procedimentos da Força devem ter sempre que possível um carácter assimétrico, evitando rotinas e diversificando as TTP, dificultando desta forma a actuação insurgente. As operações devem ser realizadas de uma forma descentralizada, dispersando a Força em subunidades com pequenos efectivos, minimizando conseqüentemente as possibilidades de detecção e de actuação In.

Para terminar, é importante referir que a experiência adquirida e a doutrina já elaborada pelo CTOE apresentam-se como uma mais-valia das quais Portugal poderá desenvolver e fazer uso aquando do aprontamento de uma FND, adaptada à realidade actual. Além da doutrina, torna-se fulcral o serviço de informações estar actual e detalhado relativamente à ameaça e ao TO onde se vai operar, o que só é possível com ensinamentos em Actlrreg para assim conhecer o modo de actuação da ameaça.

RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

Apesar de o caminho já estar lançado, recomendam-se algumas medidas e a premência na conclusão de outras. Em primeiro lugar, uma actualização da doutrina, que é muito abrangente, com base nas lições apreendidas dos militares que participaram em FND, visto que as TTP usadas são elaboradas com base na experiência. É importante uma doutrina adaptada à realidade que corresponda à ameaça que emerge no actual AO.

Em segundo lugar, afigura-se-nos que as vantagens a obter com a imposição do COIR como curso curricular a todos os oficiais do Exército, justifica uma melhor preparação para integração numa FND. Outra opção, é o Curso de Prevenção e Combate a Ameaças Terroristas, que visa preparar os militares do QP das FND. Esta formação está ligada às áreas das Informações e Operações, de modo a dar ferramentas aos militares, para ficarem aptos a tomarem medidas preventivas, passivas e activas, para combaterem o terrorismo.

Como terceiro aspecto, consideramos que a formação desempenha, nesta temática, um papel fundamental. É “nos bancos da escola” que se influenciam mentalidades e se aguça o engenho. Nesta perspectiva, deverá pensar-se, definitivamente, em operações em todo o espectro em vez de apenas “ofensiva”, “defensiva”, etc., e submeter os formandos a exigências de planeamento e execução inerentes ao cariz subversivo da ameaça. Além disto, era importante que durante o percurso de formação na AM surgissem ensinamentos teóricos e práticos, no âmbito das Actlrreg, de modo a que se comece a ter uma consciência mais proactiva no âmbito da subversão.

Como último aspecto, seria necessária uma entidade responsável no Comando da Instrução e Doutrina para reunir todas as informações das “lições apreendidas” no final de cada FND, e materializa-las em doutrina, actualizando a existente. Esta seria complementada com as propostas dos oficiais que se deslocaram ao estrangeiro, para estudar as TTP de outros Exércitos e obter formação no âmbito dos explosivos improvisados.

Como pesquisas a desenvolver, destaco a importância de existir um estudo sobre as ameaças mais prováveis no TO do Afeganistão, e possíveis TTP que a as FND devem desenvolver. Dentro das ameaças destaco os IED, pois estaticamente é aquela que causa mais baixas, e o seu estudo deveria ser mais pormenorizado.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, G. J. (1998). *Estratégia - Panorama Geral da Sua Teoria*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda.
- Alves, G. J. (1987). *Guerra Irregular - Aspecto Menos Falado da Defesa Nacional*. Lisboa: CEGRAF/Ex.
- Barroso, M. L. (28 de Novembro de 2007). *Combate Irregular e Natureza da Estratégia: O Caso da Subversão e Contra-Subversão nas Guerras Peninsulares*. Obtido em 17 de Fevereiro de 2012, de Revista Militar:<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=229>
- Barroso, T.-C. L. (21 de Setembro de 2008). *Análise Conceptual do Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Obtido em 10 de Março de 2011, de Revista Militar: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=274>
- Caravana, A. B. (Agosto de 2009). TIA. *Conceito de Emprego das Forças de Operações Especiais no Espectro da Conflitualidade Actual*. Lisboa: Academia Militar.
- Cariço, M. A., & Silva, N. H. (2008). *M421 - Teoria das Relações Internacionais. Publicação de Apoio*. Lisboa.
- Carrington, L. (2006). Europa funciona bem sem uma constituição. *Diário de Notícias*, 10.
- Constituição da República Portuguesa*. (2007). Almedina.
- Couto, A. C. (1988a). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso* (Vol. I). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Couto, A. C. (1988b). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso* (Vol. II). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Department of Defense. (2010). *Joint Publication 1-02 Dictionary of Military and Associated Terms*.
- Diário da República - I Série-B. (20 de Janeiro de 2003). Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003. pp. 279-287.
- EME. (1963). *O Exército na guerra subversiva: I - Generalidades*.
- EME. (1987). *RC 130-1 Operações Vol II*. Lisboa.
- EME. (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército. (2007). *Âmbito de actuação, missões e tarefas das unidades de Tropas Especiais*.
- Exército Português. (2010). *PDE 3-09-00 - Operações Não Convencionais*.
- Fernandes, T.-C. J. (Maio de 2003). O Ambiente Operacional. *Boletim do IAEM*, pp. 15-28.

- Fonseca, T.-C. D. (21 de Julho de 2011). (A. A. Pereira, Entrevistador)
- Fontes, J. (2006). *Teoria Geral do Estado e do Direito*. Coimbra Editora.
- Garcia, F. P. (2007a). Descrição do Fenómeno Subversivo na Actualidade. A Estratégia da Contra-Subversão. Contributos Nacionais. *Estratégia*, Vol. XVI, pp. 113-182.
- Garcia, F. P. (s.d.). *Doutrinadores da Subversão*. Obtido em 14 de Fevereiro de 2011, de Triplov: http://www.triplov.com/miguel_garcia/doutrina/doutr_01.html
- Garcia, F. P. (2000). *Guiné 1963-1974: os movimentos independentistas, o Islão e o Poder Português*. Porto: Universidade Portucalense e Comissão Portuguesa de História Militar.
- Garcia, F. P. (Abril de 2007b). O Terrorismo Transnacional - Contributos para o seu Entendimento. *Revista Militar*, pp. 445-468.
- Garcia, F. P. (26 de Junho de 2008). *Subversão e Contra-Subversão*. Obtido em 14 de Janeiro de 2011, de Jornal Defesa e Relações Internacionais: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=610
- Garcia, F. P. (Novembro de 2003). Tipologias de Guerra. *Revista Militar*, pp. 1103-1130.
- Garcia, F. P., & Saraiva, M. F. (Setembro de 2004). O fenómeno da Guerra no novo século - uma perspectiva. *Negócios Estrangeiros*, pp. 104-121.
- Grilo, M. M. (22 de Julho de 2011). (A. A. Pereira, Entrevistador)
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*. Estoril: Principia.
- Headquarters, Department of the Army. (2008a). *FM 3-0 Operations*.
- Headquarters, Department of the Army. (2008b). *FM 3-05.130 Army Special Operations Forces. Unconventional Warfare*.
- Instituto de Altos Estudos Militares. (1983). *Dicionário de Termos Militares, ME-0120/2*. Lisboa.
- Jablonsky, D. (2000). Eisenhower and the Origins of Unified Command. *Jablonsky*, pp. 24-31.
- Junta de Investigações do Ultramar. (1963). *Subversão e Contra-Subversão*. Lisboa.
- Lykke, A. F. (2001). Toward An Understanding of Military Strategy. In *U.S. Army War College Guide to Strategy* (pp. 179-185).
- Lynn, J. A. (Novembro-Dezembro de 2005). Os Modelos de Insurreição e de Contra-Insurreição. *Military Review*, pp. 36-42.
- Martins, F. P. (23 de Abril de 2004). *Contributos para o Emprego do Batalhão de Infantaria na Luta Contra-Subversiva Actual*. Obtido em 14 de Fevereiro de 2011, de Jornal Defesa e Relações Internacionais: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=238

Ministério da Defesa Nacional. (2011). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Obtido em 10 de Março de 2011, de Ministério da Defesa Nacional: <http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Defesa/politica/cedn/>

NATO. (2010). *AAP-6 NATO Glossary of Terms and Definitions*.

Oliveira, A. C. (2010). *Concepção de uma Base de Dados Terminológica para o Ministério da Defesa Nacional: a Relação entre a Normalização Nacional e a Normalização OTAN, Tese de Mestrado em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade*. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Pereira, A. M. (1961). *As Constituições Políticas Portuguesas*. Porto: Edição do Autor.

Peters, R. (1996). Our Soldiers, Their Cities. *Parameters*, nº1, pp. 43-50.

Pires, M. L. (1998). A PESC: um Processo em Construção. *Nação e Defesa*, n.º85, pp. 101-118.

Porto Editora. (2011). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Prata, T.-C. P. (25 de Julho de 2011). (A. A. Pereira, Entrevistador)

Pureza, J. M. (2000). Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz. *Nação e Defesa*, N.º 95/96, p. 36.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramalho, T.-G. J. (26 de Outubro de 2007). *O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma Reflexão*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2011, de Revista Militar: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=223>

Relatório Fim de Missão da QRF, Força Nacional Destacada, ISAF do 1.º Semestre de 2007.

Ribeiro, H. M. (2008). *Dicionário de termos e citações de interesse Político e Estratégico*. Lisboa: Gradiva.

Rijo, M. F. (2010). A Protecção da Força nas Operações de Apoio à Paz. O Impacto do Novo Ambiente Operacional. *Trabalho de Investigação Individual*. Lisboa.

Ruivo, T.-C. J. (27 de Julho de 2011). (A. A. Pereira, Entrevistador)

Santos, G. L. (2001). *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio - Reflexões sobre Estratégia II*. Mem Martins: Publicações Europa América.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Teixeira, N. S. (Outubro-Dezembro de 1996). Editorial. *Nação e Defesa*, N.º80, p. 8.

Tomé, L. (2004). *Novo Recorte Geoplítico Mundial*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

Tzu, S. (2006). *A Arte da Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Veloso, C. E. (Julho de 23 de 2007). *Comando e Controlo no Emprego das Forças de Operações Especiais*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2011, de Revista Militar: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=206>

APÊNDICES

APÊNDICE A – CORPO DE CONCEITOS

CONTRA-SUBVERSÃO – “Consiste no esforço conduzido pelas Autoridades de facto no sentido de conservar ou reconquistar a aceitação, pela população, do regime e sistema político vigentes, por forma a que essa população se torne impermeável a acções de subversão” (Couto, 1988b).

CRIME ORGANIZADO – “Delito cometido não por uma pessoa, mas por grupos de criminosos que pertençam a uma organização dotada, frequentemente, de hierarquia, disciplina, especialização e áreas de actuação” (Ribeiro, 2008, p. 65).

FORÇAS PSEUDO-REGULARES – “São um prolongamento das guerrilhas, por aumento de efectivos e aperfeiçoamento do equipamento, da organização e da instrução, o que lhes permitirá proclamar a sua existência e a sua preponderância sobre as Forças da ordem em certas zonas, nas quais podem manter a população na obediência à subversão” (Ribeiro, 2008, p. 134).

GUERRA INTERNA – “Podem considerar-se quatro formas principais de acções violentas no campo interno, visando a conquista do poder pela força: as *revoluções*, os *golpes de Estado*, as *revoltas militares* e as *guerras subversivas*. As guerras internas, embora se desenvolvam sempre num interior de um Estado e adquiram sempre a aparência de um problema interno, podem na realidade, ou ser exclusivamente internas ou ser de origem interna e apoiadas do exterior ou ser fomentadas e impulsionadas, fundamentalmente do exterior” (Couto, 1988a, p.157).

GUERRA IRREGULAR – “As que não são regulares, normais, convencionais ou respeitadoras de procedimentos escritos ou consensuais que a generalidade dos países admite nos seus conflitos” (Alves, 1987, p.5).

GUERRA SUBVERSIVA – “Luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção. É uma luta prolongada, conduzida metodicamente, por forma a obterem-se objectivos intermédios específicos que levam, finalmente, à conquista do poder” (Couto, 1988a, p. 158)

GUERRILHA – “ É um processo de luta armada, elemento essencial como sistema de flagelação na Guerra Subversiva, mas também aplicável nas outras formas de guerra” (Exército Português, 2010, p. 3-5).

OPERAÇÕES NÃO CONVENCIONAIS – “São um vasto conjunto de operações militares e paramilitares, realizadas em todo o tipo de ambiente operacional (paz, crise, conflito ou guerra), conduzidas em zonas politicamente sensíveis, em território inimigo ou em território por ele controlado ou ocupado, tendo como ponto comum o seu carácter encoberto” (EME, 1987, p. 19-3).

RESISTÊNCIA – “Sistema de acção estabelecido no seio das populações dum país ou duma região desse país contra as Forças de todos os domínios dum opositor externo ou interno que ocupa efectivamente ou se esforça por ocupar o respectivo território” (Alves, 1987, p.20).

RESISTÊNCIA ACTIVA – “É aquela que emprega a agressão directa, do tipo militar ou seus sucedâneos, contra bens e pessoas que pertencem ou são afectas ao poder de ocupação” (Exército Português, 2010, p. 3-3).

RESISTÊNCIA PASSIVA – “É aquela que utiliza os outros tipos de coacção, como os de carácter político, cultural e económico” (Exército Português, 2010, p. 3-3).

SUBVERSÃO – “Técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar e pôr em causa o Poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo” (Garcia, 2000,p.78).

TERRORISMO – “Conjunto de acções violentas levadas a efeito por elementos subversivos com a finalidade de criar na população um clima de medo, entravar certas actividades e serviços essenciais e suprimir determinados indivíduos. Manifesta-se por atentados contra pessoas, individual ou colectivamente, e por sabotagens” (EME, Anx-p. 33).

APÊNDICE B – MODELO DE INVESTIGAÇÃO

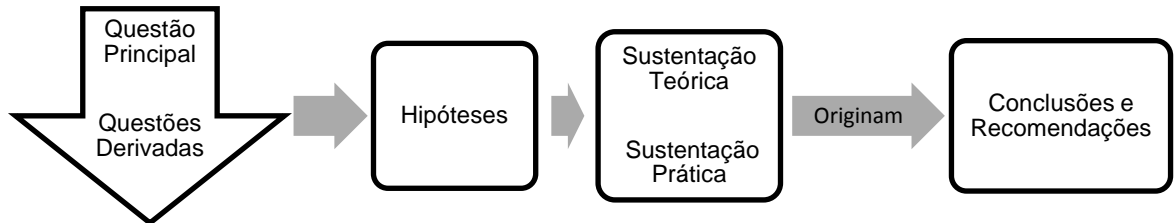


Figura B.1 – Modelo de Investigação do Trabalho

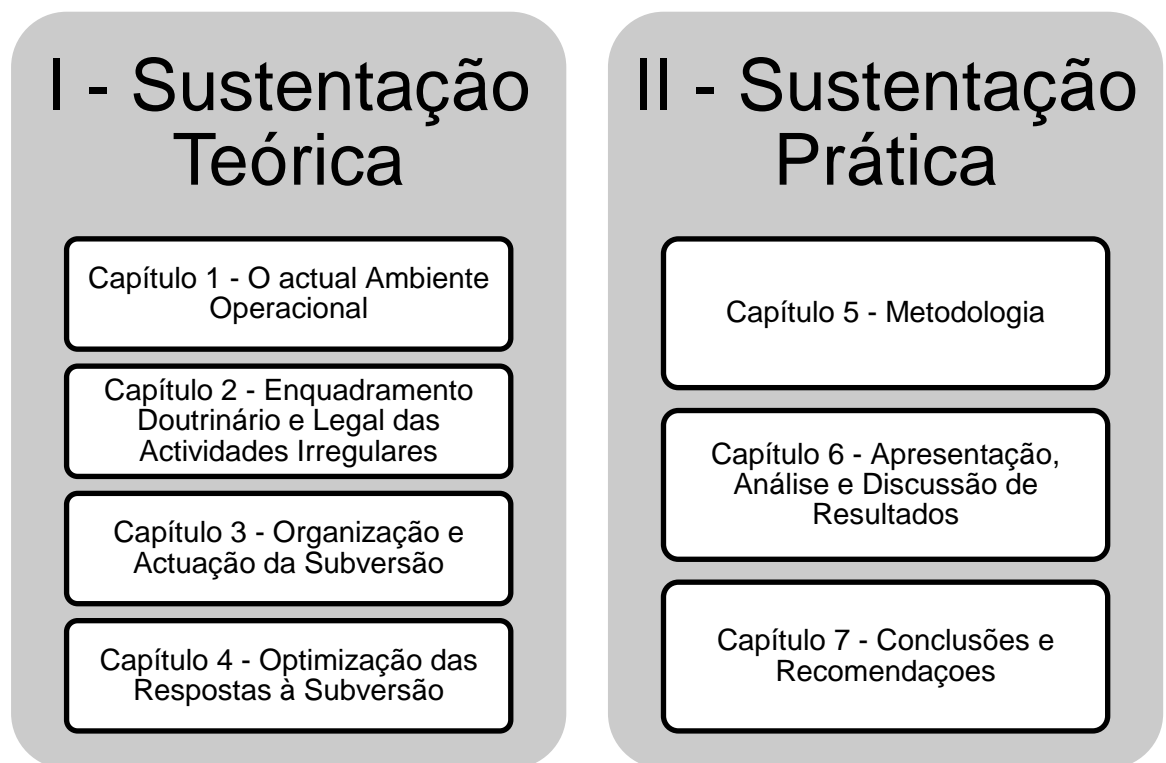


Figura B.2 – Estrutura do Trabalho

APÊNDICE C – CONFLITOS SIMÉTRICOS E CONFLITOS ASSIMÉTRICOS

Os conflitos podem ter duas formas: Simétricos que opõem Forças militares de natureza semelhante quanto ao volume, equipamento, tecnologia e doutrinas utilizando semelhantes modelos estratégicos militares; Assimétricos os que opõem FA convencionais ou não, com estrutura, volume, equipamentos, tecnologia e doutrina muito diferentes (Fernandes, 2003).

Como características principais e actuais destas formas de conflitos, podemos enunciar as seguintes:

Tabela C.1 - Conflitos Simétricos e Conflitos Assimétricos.

| Conflitos Simétricos | Conflitos Assimétricos |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Menor Probabilidade; • Interesses vitais; • Primazia dos actores territoriais; • Disputa de territórios; • Controlo de recursos; • Procura de alinhamentos regionais; • Guerras limitadas. | <ul style="list-style-type: none"> • Maior probabilidade; • Interesses vitais ou importantes; • Actores territoriais Vs Actores não territoriais; • Radicalismos (étnicos, religiosos, ideológicos); • Controlo de armas de destruição maciça; • Terrorismo transnacional. |

Fonte: (Fernandes, 2003, p. 19)

APÊNDICE D – TEORIZADORES DA SUBVERSÃO

D.1 TEORIZADORES CLÁSSICOS

Compete-nos agora abordar os principais precursores da subversão. Iniciamos pela apresentação de teorizadores clássicos, *Sun Tzu*, *Maquiavel* e, *Clausewitz*.

D.1.1 SUN TZU

Sun Tzu (2006), Chinês, também conhecido por *Sun Zi* ou *Sun Wu*, pensa-se que viveu no século VI/V a.C. A sua principal obra, *A Arte da Guerra* constitui o mais antigo tratado da guerra que se tem conhecimento. É constituída por treze capítulos mas nem todos são relevantes para a temática subversiva, pelo que destacaremos apenas os que podem servir como antecedentes à guerra subversiva.

Neste seguimento, destacamos alguns princípios base para a subversão (Garcia, s.d.):

- A previsão de qual das partes será a vitoriosa e qual a derrotada;
- A decepção, pois “... toda a guerra é baseada na decepção...”;
- Da simulação, “... quando capaz, fingir incapacidade; quando activo, inactivo...”;
- Da guerra psicológica, “enfureça-se o seu general e confunde-o...”;
- Da surpresa, “ataca quando ele não estiver preparado; investe quando ele não te espera”;
- Da lassidão, “mantém-no sob tensão e desgasta-o...” “esta, como vimos de uma actualidade irrecusável na técnica subversiva.

D.1.2 MAQUIAVEL

Maquiavel nasceu e morreu no período do Renascimento, caído em desgraça é preso e escreve a sua obra fundamentada *O Príncipe*. Pela breve análise que se segue, percebemos que a sua teoria é aplicável a todas as épocas (Garcia, s.d.):

- “... por muito forte que seja o Exército que se disponha, é sempre necessário para entrar numa província, o favor dos habitantes...”, a conquista tem de ser acima de tudo a conquista das populações;
- “A natureza dos povos é mutável, e se é difícil persuadi-los a uma coisa, torna-se difícil mantê-los nessa persuasão;
- “Existem duas maneiras de combater: pelas leis e pela força: a primeira é própria dos homens; a segunda é própria dos animais. Mas como muitas vezes aquela não chega, há que recorrer a esta...”.

No fundo é o que a subversão faz, considerando o sistema vigente incapaz/corrupto, procurando principalmente derrubar ou pelo menos manipular esse sistema.

D.1.3 CLAUSEWITZ

O General *Karl von Clausewitz* (1780/1831), oficial prussiano escreveu a sua principal obra *Da Guerra*. Desactualizado ou não pela evolução histórica, ele foi influenciar os autores da guerra (Garcia, s.d.):

- A guerra “... não é somente um acto político mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios”;
- “A guerra não pertence ao domínio das artes e das ciências, mas sim ao da existência social; ela constitui um conflito de interesses, solucionado através do sangue...”;
- As informações são como um “conjunto de conhecimentos relativos ao In e ao seu país e, por consequência, a base sobre o qual se fundamentam as nossas próprias ideias e os nossos actos”.

D.2 TEORIZADORES CONTEMPORÂNEOS

Podemos considerar que *Marx*, *Lenine* e *Mao Tse-Tung*, constituíram verdadeiras escolas, fundadores doutrinários de ramos autónomos. *Debray* preocupou-se essencialmente com a teoria da guerrilha.

D.2.1 MAO TSE-TUNG

As teses de *Mao* foram desenvolvidas ao longo de diversos anos, encontrando-se portanto dispersas em diversas obras. No âmbito do presente trabalho interessa referir apenas em síntese, a teoria respeitante à subversão (Garcia, s.d.):

- O homem emerge como factor decisivo na guerra, as armas desempenham o seu papel importante mas não decisivo. “É o próprio homem que exerce um papel dinâmico consciente (...) a vitória ou, a derrota, na guerra é decidida pelas condições militares, políticas, (...), mas não é apenas isso que decide (...) para decidir do resultado é necessário ainda que se façam esforços subjectivos, nomeadamente a direcção e a realização da guerra”.

Consideramos assim que *Mao* foi inovador, constituiu escola, pois a prática da sua doutrina fugia aos termos clássicos de emprego e mesmo estudo das FA.

APÊNDICE E – GUIÃO DA ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

ENTREVISTA

Tema: “Actividades Irregulares. Actualidade e relevância de um conceito milenar”

| | | |
|---------------------|----------------|---------------|
| Nome: _____ | | |
| Local: _____ | Data: __/__/__ | |
| Arma/Serviço: _____ | Posto: _____ | Função: _____ |
| Missão: _____ | | |

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria Gonçalo Pereira

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria António Cardoso

Lisboa, 2011

A presente entrevista está inserida no Tirocínio para Oficiais de Infantaria no âmbito do TIA, cujo objectivo é recolher informação e experiências vivenciadas relativamente à temática “**Actividades Irregulares. Actualidade e relevância de um conceito milenar**”.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para esta entrevista, dado que poderá proporcionar importantes indicadores nas várias dimensões e análise deste trabalho.

Questão I – O novo Ambiente Operacional obriga a uma crescente preocupação perante ameaças, que se pensavam “velhas” mas que se manifestam muito actuais, muito em especial no âmbito da assimetria. Que ameaças julga como mais prováveis no TO?

Questão II – Atendendo à legislação e documentos doutrinários actuais, em que medida estará o Exército a dar importância às novas ameaças?

Questão III – Na formação e no treino que é proporcionado aos militares do Exército Português a temática das operações irregulares e, em particular a subversão, têm sido convenientemente abordadas?

Questão IV – A doutrina Nacional sobre a subversão está adequada, face ao que se verifica nos conflitos actuais?

Questão V – Em que medida o conhecimento do modo de acção da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, a maneira como actua e se organiza?

Questão VI – Que tipo de formação, específica em subversão, deveria ser ministrada aos militares do Exército, e em que circunstâncias?

Questão VII – No caso do cumprimento de missões no TO do Afeganistão, considera que os conhecimentos adquiridos anteriormente sobre subversão sejam uma mais-valia ao operar em tal situação? Pode fundamentar a sua resposta?

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevistado: Tenente-Coronel Delfim Fonseca

Local: Quarteira

Arma/Serviço: Infantaria

Data: 21Jul11

Missão: Afeganistão, entre Janeiro e Julho de 2010

Função: Special Operations Forces Liaison Officer (ISAF SOF LNO) ao “NATO Training Mission – Afghanistan and Combined Security Transition Command – Afghanistan”

Questão I – O novo Ambiente Operacional obriga a uma crescente preocupação perante ameaças, que se pensavam “velhas” mas que se manifestam muito actuais, muito em especial no âmbito da assimetria. Que ameaças julga como mais prováveis no TO?

Resposta – Após o 11 de Setembro, vemos que as coisas não acontecem por acaso, mas que existe uma organização que efectivamente coordena as coisas e tem objectivos definidos. Neste contexto, assistimos a uma série de incidentes ou eventos que alertam principalmente as grandes potências, como a Inglaterra, a própria Alemanha, França, etc., para um novo tipo de conflito, onde estão presentes as ameaças assimétricas, em que o In mistura técnicas convencionais com técnicas não convencionais e rudimentares. No caso do Afeganistão, a ameaça mais usada é o ataque através de meios não convencionais e improvisados, com grande capacidade de destruição, em que o objectivo é destruir o mais possível, causando o maior número de baixas e o maior impacto dos *media*.

Questão II – Atendendo à legislação e documentos doutrinários actuais, em que medida estará o Exército a dar importância às novas ameaças?

Resposta – A legislação actual é bastante clara relativamente a este assunto, quer no domínio das Forças de segurança e das FA. A legislação, relativamente a este assunto, está em permanente evolução devido à necessidade das FA se adaptarem, tendo também, que existir coordenação, numa primeira fase, em termos do sistema de informações. Relativamente a outros países, quando as ameaças irregulares se manifestam, vemos que há unidades convencionais, como o Exército, que participam com determinadas valências nesse contacto. Em Portugal, um exemplo recente, desta valência, foi na cimeira da NATO, em Dezembro de 2010, onde houve cooperação com as Forças de segurança. O exército, relativamente às novas ameaças, tem dado grande importância, expressa no facto de desenvolvermos as nossas capacidades de NBQ, podendo também providenciar, como por exemplo, a capacidade Sniper, entre muitas outras.

Questão III – Na formação e no treino que é proporcionado aos militares do Exército Português a temática das operações irregulares e, em particular, a subversão, têm sido convenientemente abordadas?

Resposta – O treino que é dado aos militares é muito generalista, e não é orientado para a missão, excepto em alguns pontos, como *briefings* da situação do TO, da área de operações e pouco mais. Havia um curso que se ministrava, no âmbito destas operações, que era o COIR, e que deixou de ser obrigatório para os militares do QP e, portanto, a formação e o treino relativamente a esta temática tem vindo a decair. O CTOE expôs a situação, relativamente ao curso, e está em consideração superior. O COIR era o único curso que abordava a questão do não convencional, onde efectivamente se abordavam estas actividades irregulares e os militares ficavam com o conhecimento. Actualmente, esta situação promove uma grande lacuna na formação no âmbito das ONC.

Questão IV – A doutrina Nacional sobre a subversão está adequada, face ao que se verifica nos conflitos actuais?

Está actual, mas os militares do QP, têm que ser auto-didactas e asseguram essa parte da formação, lendo manuais e investigando, para aprofundar o conhecimento sobre esta área bastante actual. A doutrina portuguesa sobre esta temática está materializada nos manuais do Exército na Guerra Subversiva e os Americanos vieram beber essa informação, para eles também criarem a doutrina. Portugal deveria explorar melhor esta valência vivida no Ultramar. No ano passado, foi aprovado um manual que diz respeito às ONC e, comparando com a doutrina da NATO, está na mesma linha de pensamento. É pena que não se manifeste a parte prática que era dada pelo COIR, e outros cursos, como o curso de CIMIC. De uma forma geral, o Exército está actual, mas dá-se pouca ênfase ao treino nessas áreas.

Questão V – Em que medida o conhecimento do modo de acção da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, a maneira como actua e se organiza?

Resposta – Sim, ajuda a perceber, pois as coisas não acontecem por acaso e os conceitos que se ensinam, sobre a subversão, como por exemplo a organização das células, é importante para os militares, para estes conseguirem actuar com mais eficácia. Este conhecimento também é importante para auxiliar o sistema de informações, pois este precisa de informações completas e precisas e isso é garantido com um conhecimento aprofundado da subversão. É importante para perceberem e saberem fazer a análise da ameaça.

Questão VI – Que tipo de formação, específica em subversão, deveria ser ministrada aos militares do Exército e em que circunstâncias?

Resposta – O modelo que vinha sendo seguido, ou seja, quando os militares ingressavam nos quadros e era ministrado o curso COIR, penso que era um bom modelo. Mas há outros modelos, e importa que este assunto fique bem definido, para dar margem de manobra aos Comandantes das Unidades, já que os recursos humanos são escassos, e um Comandante não está disponível para libertar oficiais e sargentos para irem tirar um curso. Mas também não nos podemos focar só no COIR visto existirem mais cursos importantes para esta temática. Deveria ser feito mais tiro, tiro instintivo, tiro com armas de defesa pessoal, etc.

Questão VII – No caso do cumprimento de missões no TO do Afeganistão, considera que os conhecimentos adquiridos anteriormente sobre subversão sejam uma mais-valia ao operar em tal situação? Pode fundamentar a sua resposta?

Resposta – São, porque levam os militares a perceber com o que estão a lidar, mas não são determinantes, pois os incidentes que acontecem, no Afeganistão, são ataques directos às bases, ataques às colunas administrativas ou de reabastecimento logístico, entre outros. É claro que os militares têm conhecimentos, sobre as operações irregulares e tentam pô-las em prática, mas no Afeganistão nem sempre é possível. Há uma coisa que é possível fazer, que é evitar as rotinas, isto é, evitar passar às mesmas horas nos mesmos itinerários, mas, mesmo assim, os itinerários são quase sempre os mesmos porque não há alternativas, então tem que se mudar o horário, mesmo que os insurgentes tenham todo o tempo disponível. Os períodos mais críticos de ataques são ao princípio e ao final do dia. Estes ataques são com engenhos explosivos, seguindo-se de ataques suicidas. No Afeganistão os alvos nem sempre são militares, mas sim tudo que seja internacional, independentemente do país, é vulnerável a ataques.

Excepto o treino que é feito ao nível do conhecimento que é dado sobre o TO, também sobre o comportamento e atitudes que devem ser tomadas no TO, entres outros, de resto não há uma preparação específica. O que é necessário, é ter noção que o perigo está presente e os militares têm que estar atentos para minimizarem as baixas.

Entrevistado: Major Matos Grilo

Local: Estado-Maior do Exército⁸⁸

Arma/Serviço: Infantaria

Data: 22Jul11

Missão: Afeganistão, 1.º Semestre de 2007

Função: Comandante da 2.ª Companhia de Comandos (2.ªCCmds) da Quick Reaction Force/Força Nacional Destacada/International Security Assistance Force (QRF/FND/ISAF X).

Questão I – O novo Ambiente Operacional obriga a uma crescente preocupação perante ameaças, que se pensavam “velhas” mas que se manifestam muito actuais, muito em especial no âmbito da assimetria. Que ameaças julga como mais prováveis no TO?

Resposta – Nós temos de facto vários TO, e a assimetria está presente neles todos. Nós, de facto, não temos grande capacidade, analisando as coisas friamente e de forma pragmática, para envolvermos esforços de outra forma que não sejam assimétricos. Mas de facto, nesta perspectiva da assimetria, e no TO do Afeganistão é lógico que a insurgência é a grande ameaça neste TO, assim como o terrorismo, a espionagem, etc. Embora a insurgência seja um termo, que não temos doutrinariamente, podemos criar algumas ligações com outros termos.

Questão II – Atendendo à legislação e documentos doutrinários actuais, em que medida estará o Exército a dar importância às novas ameaças?

Resposta – Este é um problema que não é só nacional, mas sim internacional. Pelo que me é dado a conhecer, não sei até que ponto haja países que desenvolvam doutrina específica na área da insurgência. De facto, isto até me leva a fazer uma pequena reflexão, os americanos até há bem pouco tempo é que começaram a publicar doutrina na área da contra-insurgência, e não nos podemos esquecer que estamos no Afeganistão desde 2001, e a doutrina aprovada é recente, é de 2006, e na NATO ainda é mais recente, tendo sido aprovada há cerca de um ano.

A legislação actual, de acordo com o meu ponto de vista, deveria ser reformulada, um pouco ao que era antigamente. Se formos ver as nossas leis base, a que se refere às nossas responsabilidades de defender o território nacional, mesmo com recurso à subversão, elas foram um pouco reformuladas, o que antes era obrigatório agora deixou de ser obrigatório. A pirâmide legal respeitante a este assunto está fragilizada e no aspecto doutrinário também.

⁸⁸ Em Lisboa.

No aspecto doutrinário aquilo que era o nosso grande conhecimento da guerra do Ultramar, acabou por ficar um pouco estanque, sendo alguma coisa desenvolvida, com particular ênfase pelos militares do CTOE, mas acabou por cair no vazio, recentemente.

De facto, o Exército e a legislação deviam dar muito mais importância a estas ameaças que não são novas, e estão bem presentes há mais de uma década.

Questão III – Na formação e no treino que é proporcionado aos militares do Exército Português a temática das operações irregulares e, em particular a subversão, têm sido convenientemente abordadas?

Resposta – Não. Tenho alguma experiência nas missões, e esta temática não é convenientemente abordada. No fundo, acaba por estar sempre presente, mas devia ser abordada de outra forma e difundida para os Comandantes, para as Forças e para os *staffs* que estão nos TO. De facto, há um despertar muito recente desta necessidade. As Forças que vão para o TO do Afeganistão começam a ser obrigadas a ter formação nesta área. Através de um *link* da NATO, as Forças fazem um curso de contra-subversão *on-line*.

Questão IV – A doutrina Nacional sobre a subversão está adequada, face ao que se verifica nos conflitos actuais?

Resposta – No Afeganistão um dos meus livros de cabeceira, era a publicação do Exército na Guerra-Subversiva, onde apoiava muito as decisões que tinha de tomar.

Quando se fala que as operações devem ser centradas na população, isto já está escrito desde a guerra do Ultramar, não é recente, mas ainda está em vigor e é válido, mas precisa de ser muito actualizado, como é lógico e, enquanto a nossa doutrina de subversão estava focalizada para o território nacional, a contra-subversão estava focalizada para os territórios ultramarinos, com determinados meios, determinadas capacidades e determinados objectivos, agora as coisas sendo diferentes, essa doutrina não deixa de estar próxima da realidade.

Questão V – Em que medida o conhecimento do modo de acção da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, a maneira como actua e se organiza?

Resposta – De facto conseguem-se desenvolver determinados conceitos, ou determinadas formas de actuação, se conhecermos como é que os insurgentes actuam. Assim conseguem-se desencadear medidas para contrapor o modo de actuação da subversão.

Se eu tiver conhecimentos da forma em como é conduzida a subversão mais facilmente eu arranjo ferramentas e mecanismos para conduzir a contra-subversão.

Questão VI – Que tipo de formação, específica em subversão, deveria ser ministrada aos militares do Exército, e em que circunstâncias?

Resposta – Pessoalmente, penso que deveria haver uma reflexão, eventualmente, da forma como poderíamos desenvolver no futuro as actividades na área da subversão, e da contra-subversão. Mas, não me resta dúvida nenhuma que a forma de perceber toda esta problemática, de efectivamente identificar a validade da mesma é desde cedo, isto é, nos bancos da escola militar. Lançando algum aspecto característico sobre este assunto, nem que seja enquadramentos meramente teóricos sobre subversão e contra-subversão, de modo a tentar encaixar isto de uma determinada forma, à luz das nossas realidades actuais. Ou seja, não é agarrar nos manuais de 1963 e convertê-los para a nossa doutrina, pois estes precisam de ser actualizados, e carecem de aspectos de identificação genérica. Há um conjunto de princípios que são tão válidos agora como eram na altura de Mao Tsé-Tung, e estes deveriam ser relançados para as cadeiras da formação, na AM, na Escola de Sargentos do Exército (ESE), mas acima de tudo aos militares do quadro permanente uma vez que são empossados com essas responsabilidades e isso deveria obrigatoriamente ser relançado.

Entrando noutro tipo de reflexão, as capacidades bélicas de cada nação soberana vão sendo cada vez mais diminutas, a própria soberania está muito volátil, já não é territorial nem política, começando a ser económica, e esta dinâmica poderá conduzir para que possa haver a necessidade de encetar formas de luta diferentes daquela a que um indivíduo está habituado para manter a sua soberania.

Questão VII – No caso do cumprimento de missões no TO do Afeganistão, considera que os conhecimentos adquiridos anteriormente sobre subversão sejam uma mais-valia ao operar em tal situação? Pode fundamentar a sua resposta?

Resposta – Não me restam dúvidas, que os conhecimentos iniciais que adquiri na área da subversão e da contra-subversão foram muito úteis para adaptar a doutrina quase inexistente na área, e de facto foram muito válidos e muito úteis mesmo.

Entrevistado: Tenente-Coronel Pinto Prata

Local: Comando das Forças Terrestres⁸⁹

Arma/Serviço: Infantaria

Data: 25Jul11

Função: J3/J5/J7 no Quartel-General de Operações Especiais

Questão I – O novo Ambiente Operacional obriga a uma crescente preocupação perante ameaças, que se pensavam “velhas” mas que se manifestam muito actuais, muito em especial no âmbito da assimetria. Que ameaças julga como mais prováveis no TO?

Resposta – Dos três TO onde se encontram FND, Kosovo, Líbano e Afeganistão, naturalmente o que acarreta mais preocupações em termos de segurança e por conseguinte mais exigências em termos de aprontamento, é sem dúvida o Afeganistão.

Sendo um conflito tipicamente Assimétrico, onde as Forças Militares defrontam um adversário que recorre a Actlrreg, as principais ameaças são: raptos e sequestros, resgates, acções de flagelação, sabotagens e terrorismo.

Os raptos e sequestros consistem na captura e prisão em local secreto de pessoas, nomeadamente personalidades destacadas, com o objectivo de, por troca, obter determinados benefícios. Visam, ainda, a propaganda tanto interna como externa.

Os resgates são acções armadas com o objectivo de libertar elementos do movimento detidos.

A sabotagem visa, pela destruição de locais ou meios de trabalho, paralisar órgãos vitais de um país ou região.

O terrorismo consiste no uso ilícito ou ameaça de uso da força ou violência, contra indivíduos ou propriedades, numa tentativa de coagir ou intimidar.

Questão II – Atendendo à legislação e documentos doutrinários actuais, em que medida estará o Exército a dar importância às novas ameaças?

Resposta – Estamos a falar no contexto dos Conflitos Assimétricos. As verdadeiras Novas Ameaças não estão directamente relacionadas com os Conflitos Assimétricos.

As ameaças que resultam do recurso a Actlrreg já não são propriamente novas. É claro que a evolução da tecnologia e a imaginação levam à sofisticação de algumas ameaças, nomeadamente no que se refere ao terrorismo.

O combate às ameaças que resultam das Actlrreg, nomeadamente o combate às acções de Guerrilha, já não constitui novidade para as FA, em concreto para o Exército, uma vez que enfrentou durante vários anos Movimentos Subversivos que utilizavam esta forma de combate. Neste período o Exército teve que adaptar a sua organização e as suas

⁸⁹ Em Oeiras.

táticas a este conflito. É nesta altura que se criaram Unidades especialmente preparadas para fazerem a Contra-subversão, como o CIOE e os Comandos.

Relativamente ao combate ao terrorismo o Exército também deu alguns passos, mas no entanto deveriam ter sido mais incisivos e profundos.

Em concreto o que o Exército realizou para que as suas Unidades estivessem prontas a participar em TO onde a ameaça de actos Terroristas seja elevada foi:

- aquando da necessidade de projectar subunidades da Brigada de Reacção Rápida para o Afeganistão, o Comando Operacional do Exército enviou Oficiais das Unidades Pára-quedistas e dos Comandos à Turquia e à Alemanha a fim de frequentarem Cursos, no âmbito de combate às ameaças que existiam e existem no Iraque e Afeganistão. Na Turquia frequentaram um curso NATO e na Alemanha frequentaram um curso do Exército Americano. Por exemplo, neste último, foram aprender as Tácticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) do Exército Americano que resultaram das lições aprendidas retiradas precisamente dos TO referidos.
- Também Oficiais da Escola Prática de Engenharia foram enviados pelo Comando Operacional ao estrangeiro a fim de frequentarem cursos no âmbito dos explosivos improvisados.
- O Exército alugou viaturas blindadas ligeiras para que as suas FND tenham maior protecção nos deslocamentos (no Afeganistão).
- O CTOE enviou Oficiais aos EUA para frequentarem cursos no âmbito do Anti-Terrorismo. Estes militares ficaram com a informação necessária para transmitirem às Unidades militares quais as medidas preventivas necessárias para reduzirem a probabilidade de acções terroristas. Com base nestes Oficiais, foi criado no CTOE um Curso de Formação (Curso de Prevenção e Combate a Ameaças Terroristas – CPCAT) que visa fundamentalmente preparar Oficiais e Sargentos das FND, ligados às áreas das Informações e Operações, para ficarem aptos a tomarem medidas preventivas, passivas e activas, para combaterem o Terrorismo (reduzirem as probabilidades de serem alvos de acções terroristas). Este curso não tem sido realizado por falta de candidatos. Pessoalmente, sou da opinião que esta temática deveria ser ministrada por outra Entidade, pois o CTOE não tem uma estrutura orgânica de pessoal suficientemente grande para ministrar este curso sem prejudicar a sua actividade principal. Uma unidade de OE e nomeadamente o seu encargo operacional deve treinar as actividades eminentemente ofensivas e tácticas.
- Por outro lado, o encargo operacional do CTOE, a FOE, como unidade mais vocacionada para combater este tipo de ameaça (e única), nomeadamente na parte do Contra-terrorismo, portanto nas medidas ofensivas para fazer face a acções Terroristas, também fez um esforço (individual) para se adaptar a este tipo de combate. Na minha opinião, como a estrutura do Exército não deu o apoio

necessário, este esforço do CTOE resultou, na prática, em muito pouca coisa. Apesar de, com facilidade as subunidades de OE se adaptarem para realizarem acções para enfrentarem este tipo de ameaça, não foram criadas condições para que, com seriedade, as mesmas unidades estejam completamente preparadas para tal. Não foi disponibilizado armamento, material, viaturas, munições e infra-estruturas que permitam uma preparação ao nível das exigências requeridas.

Em conclusão, o Exército fez um esforço para se adaptar, mas existe ainda algo a fazer, nomeadamente se quiser que as FOE estejam aptas a realizar acções Contra-terroristas. Mas não sei se existe esta intenção. Talvez não.

Questão III – Na formação e no treino que é proporcionado aos militares do Exército Português a temática das operações irregulares e, em particular a subversão, têm sido convenientemente abordadas?

Resposta – Como sabes a subversão é uma das ActIrreg. A luta armada na subversão faz-se através da Guerrilha e através do Terrorismo e Sabotagem.

Como já disse o Exército tem, desde do conflito nas ex-colónias, unidades capazes de realizarem a Contra-subversão, fundamentalmente para combater as acções de Guerrilha. Relativamente ao combate ao Terrorismo, e naquilo que interessa para as unidades tácticas, o Exército tomou as medidas que referi anteriormente.

Julgo portanto que a formação e o treino que é proporcionado aos militares do Exército Português no âmbito das Operações Irregulares e em particular no que diz respeito à subversão, tem sido conveniente, com excepção das FOE, que não estão convenientemente preparadas para realizarem Contra-terrorismo.

Questão IV – A doutrina Nacional sobre a subversão está adequada, face ao que se verifica nos conflitos actuais?

Resposta – Os conceitos doutrinários sobre a subversão foram desenvolvidos e mantidos pelo CTOE e mantêm-se praticamente actuais.

O Exército tem o PDE 3-09-00 Operações Não Convencionais, aprovado em 29 de Setembro de 2010, realizado no CTOE e que contém toda a base doutrinária sobre ActIrreg.

Questão V – Em que medida o conhecimento do modo de acção da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, a maneira como actua e se organiza?

Resposta – Qualquer pessoa e especialmente os militares sabem que é fundamental, antes de enfrentar um adversário, saber como se organiza e actua. Desde *Sun Tzu*.

O conhecimento do In e da sua forma de combater influencia fortemente a forma de preparar as unidades para combater e, conseqüentemente, a organização e forma de combater.

Relativamente ao caso específico da subversão, como já disse, o Exército tem doutrina, sabe preparar as unidades para o efeito e sabe combater, pelo menos desde o conflito em África com os movimentos independentistas.

Por outro lado fez actualmente, como também já foi referido, um esforço para prevenir e combater o fenómeno do terrorismo.

Questão VI – Que tipo de formação, específica em subversão, deveria ser ministrada aos militares do Exército, e em que circunstâncias?

Resposta – Como já foi referido, o Exército, e nomeadamente as unidades de Infantaria, têm formação suficiente para realizarem Contra-subversão, desde a guerra do Ultramar.

Com o esforço que foi realizado, ao enviar Oficiais ao estrangeiro para se actualizarem relativamente às ameaças existentes nos novos TO, penso que não é necessária, qualquer outra formação específica a ser ministrada aos militares do Exército.

Questão VII – No caso do cumprimento de missões no TO do Afeganistão, considera que os conhecimentos adquiridos anteriormente sobre subversão sejam uma mais-valia ao operar em tal situação? Pode fundamentar a sua resposta?

Resposta – Evidentemente que sim.

Mas penso que foi mais fundamental, face às ameaças existentes no TO, terem sido enviados Oficiais ao estrangeiro para aprenderem com quem já tem experiência e depois transmitirem às Unidades que são projectadas.

Entrevistado: Tenente-Coronel José Ruivo

Local: Centro de Tropas Comandos⁹⁰ (CTC)

Arma/Serviço: Infantaria

Data: 27Jul11

Missão: Afeganistão, 1.º Semestre de 2006

Função: Comandante de Companhia

Questão I – O novo Ambiente Operacional obriga a uma crescente preocupação perante ameaças, que se pensavam “velhas” mas que se manifestam muito actuais, em especial no âmbito da assimetria. Que ameaças julga como mais prováveis no TO?

Resposta – Estas ameaças não são novas. Elas evoluem com a tecnologia, mas já existiam. No TO do Afeganistão, as ameaças mais prováveis são os ataques com IED nas suas diferentes modalidades, os ataques com *rocket’s* e acções de emboscadas por pequenos grupos.

Questão II – Atendendo à legislação e documentos doutrinários actuais, em que medida estará o Exército a dar importância às novas ameaças?

Resposta – Há um esforço por parte do Exército mas é muito relativo. O Comando da Instrução e Doutrina (CID), está a dar importância a esta vertente das Actlreg, mas ainda falta muita coisa. Falta um manual ou uma publicação doutrinária baseada nas lições apreendidas das FND dentro desta área. E está a demorar muito, pois quando sairmos deste TO a ameaça vai ser outra qualquer.

Era muito importante, já existir doutrina actualizada sobre esta matéria, para orientar o treino dos militares para este tipo de TO. O que há do antecedente do tempo do Ultramar tem que ser actualizado a estas novas ameaças. Na minha opinião o Exército não está a dar a devida importância às novas ameaças.

Questão III – Na formação e no treino que é proporcionado aos militares do Exército Português a temática das operações irregulares e, em particular a subversão, têm sido convenientemente abordadas?

Resposta – Obviamente que na formação, esta temática não tem sido convenientemente abordada. Isto era abordado no COIR, mas agora este curso é para voluntários. Relativamente no treino, orientado para a missão, tem sido abordada para justificar a actuação em termos de TTP.

⁹⁰ Na Serra da Carregueira.

Questão IV – A doutrina Nacional sobre a subversão está adequada, face ao que se verifica nos conflitos actuais?

Resposta – Não está adequada. A doutrina existente foi criada para uma situação específica, e a doutrina tem que ser algo mais abrangente, feita na ausência de um conflito em concreto. Passado 40 anos, esta doutrina não pode estar actualizada.

Portugal não tem a pretensão de fazer contra-subversão. No TO do Afeganistão, actualmente, estamos a fazer operações de protecção. Mas é claro, que os princípios genéricos que aprendemos são aplicáveis, ou seja, vamos procurar alterar as rotinas, eventualmente andar de noite, ter atenção aos deslocamentos motorizados nas vias.

As nossas lições são feitas, face a estas rotações de Forças, no caso dos Comandos que temos no Afeganistão. Portanto, 90% das TTP que utilizamos, ou mais, é fruto da nossa experiência, o resto da percentagem vamos buscar a manuais.

Questão V – Em que medida o conhecimento do modo de acção da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, a maneira como actua e se organiza?

Resposta – Isto é muito importante. O conhecimento da acção da subversão está mais ou menos tipificado, embora tenha particularidades, ajuda a perceber a forma como actua e se organiza.

Os movimentos subversivos podem actuar com as Flrreg ou com células terroristas, dependendo se querem a população do seu lado, ou querem causar terror nesta. Citando um General Americano, “as guerrilhas raramente ganham as guerras, mas os seus adversários perdem-nas frequentemente”, ou seja, não é tanto o que eles fazem, porque o treino que fazem, é com vista a que o adversário assuma a derrota.

Sem dúvida que o conhecimento da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, porque tem as suas TTP e os seus objectivos tipificados, e nós entendemos melhor, a forma como esta actua e se organiza.

Questão VI – Que tipo de formação, específica em subversão, deveria ser ministrada aos militares do Exército, e em que circunstâncias?

Resposta – As guerras das BTR⁹¹ não devem voltar nos próximos anos⁹² e a NATO não terá, provavelmente, nenhuma outra força opositora simétrica. O que vai haver é este tipo de conflitos, em que, as Forças adversárias vão actuar ao longo do tempo com acções deste género, até que os seus objectivos sejam cumpridos. Portugal nos próximos anos vai empregar Forças para combater a subversão e, de facto, devíamos alterar o tipo de formação. Esta ameaça é muito complexa e muito difícil de avaliar, por isso devia ser dada

⁹¹ Viatura Blindada de Transporte de Pessoal de rodas construído na União Soviética.

⁹² “Na subversão não há *blitzkriegs*, o seu alastrar é lento...” (Garcia, 2007a, p.117).

mais formação nesta área. Quer nos bancos da escola, ou noutra circunstância esta vertente deveria ser abordada.

Questão VII – No caso do cumprimento de missões no TO do Afeganistão, considera que os conhecimentos adquiridos anteriormente sobre subversão sejam uma mais-valia ao operar em tal situação? Pode fundamentar a sua resposta?

Resposta – Sendo uma aproximação a esta tipologia de actuação, é uma mais-valia como é evidente, porque é uma coisa totalmente diferente, daquilo a que damos ênfase no nosso Exército. Mas o problema que eu detecto aqui, é que os conhecimentos sobre subversão, que possamos fornecer, são sempre abrangentes. O importante é existir um estudo de informações relativo ao TO onde vamos operar, ou seja, pode haver estes conhecimentos genéricos, mas também tem que existir um pacote de informação sobre o teatro em concreto. As informações devem ser relativas às zonas onde há actuações subversivas, quando é que acontecem, como é que a ameaça, etc.

Por isso quando os Comandantes vão para o TO deveriam receber estas informações, de forma bastante pormenorizada, para se prepararem para o teatro. Mas isto não está a acontecer.

APÊNDICE G – QUADROS COM RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

Questão I – O novo Ambiente Operacional obriga a uma crescente preocupação perante ameaças, que se pensavam “velhas” mas que se manifestam muito actuais, muito em especial no âmbito da assimetria. Que ameaças julga como mais prováveis no TO?

Quadro G.1 – Análise de resultados da questão I.

| Respostas | Argumentação |
|--|---|
| Entrevistado n.º1 Delfim Fonseca Tenente-Coronel | <ul style="list-style-type: none"> - Ameaças assimétricas. - Ataque através de métodos não convencionais e improvisados. - Ameaças com grande capacidade de destruição, com o objectivo de destruir e causar grande número de baixas e impacto nos <i>media</i>. |
| Entrevistado n.º2 Matos Grilo Major | <ul style="list-style-type: none"> - Ameaças assimétricas. - A insurgência. - Terrorismo, espionagem. |
| Entrevistado n.º3 Pinto Prata Tenente-Coronel | <ul style="list-style-type: none"> - Raptos e sequestros. - Resgates. - Acções de flagelação. - Sabotagens e Terrorismo. |
| Entrevistado n.º4 José Ruivo Tenente-Coronel | <ul style="list-style-type: none"> - Ataques com IED. - Ataques com <i>rocket</i> 's. - Acções de emboscada. |

Questão II – Atendendo à legislação e documentos doutrinários actuais, em que medida estará o Exército está a dar importância às novas ameaças?

Quadro G.2 - Análise de resultados da questão II.

| Respostas | Argumentação |
|--|---|
| Entrevistado n.º1 Delfim Fonseca Tenente-Coronel | <ul style="list-style-type: none"> - A legislação actual é bastante clara, e está em permanente evolução. - O Exército tem dado grande importância às novas ameaças, expressa no facto do desenvolvimento da capacidade NBQ, providenciar a capacidade Sniper, etc. |
| Entrevistado n.º2 Matos Grilo Major | <ul style="list-style-type: none"> - A legislação actual deveria ser reformulada. - A pirâmide legal e o aspecto doutrinário estão bastante fragilizados relativamente a este assunto. - No aspecto doutrinário, depois da guerra do Ultramar, ficou um pouco estanque, sendo posteriormente alguma coisa desenvolvida pelos militares do CTOE. - O Exército e a legislação deviam dar muito mais importância a estas ameaças, que estão presentes há mais de uma década. |
| Entrevistado n.º3 Pinto Prata Tenente-Coronel | <ul style="list-style-type: none"> - O combate às ameaças que resultam das ActIrrreg não constitui novidade para o Exército, uma vez que enfrentou durante vários anos Movimentos Subversivos que utilizam esta forma de combate. - O Comando Operacional do Exército enviou Oficiais das Unidades Pára-quedistas e Comandos à Turquia e à Alemanha a fim de frequentarem Cursos no âmbito de combate às ameaças que existem no Afeganistão e Iraque. - Na Turquia foram aprender as TTP do Exército Americano que resultaram das lições aprendidas retiradas precisamente dos TO referidos. - O Comando Operacional também enviou Oficiais da Escola Prática de Engenharia ao estrangeiro a fim de frequentarem cursos no âmbito dos explosivos improvisados. - O Exército alugou viaturas blindadas ligeiras para que as suas FND tenham maior protecção nos deslocamentos (no Afeganistão). - O CTOE enviou Oficiais aos EUA para frequentarem cursos no âmbito do Anti-terrorismo. Posteriormente com o conhecimento adquirido por estes Oficiais foi criado o CPCAT, que prepara Oficiais e Sargentos das FND, para ficarem aptos a tomarem medidas preventivas, passivas e activas, para combaterem o Terrorismo. |
| Entrevistado n.º4 José Ruivo Tenente-Coronel | <ul style="list-style-type: none"> - Há um esforço por parte do Exército, mas é muito relativo. Falta um manual baseado nas lições apreendidas das FND dentro desta área. - Era importante, existir doutrina actualizada sobre esta matéria, para orientar o treino dos militares para este tipo de TO. |

Questão III – Na formação e no treino que é proporcionado aos militares do Exército Português a temática das operações irregulares e, em particular a subversão, têm sido convenientemente abordadas?

Quadro G.3 - Análise de resultados da questão III.

| Respostas | Afirmativa | Negativa | Argumentação |
|--|------------|----------|---|
| Entrevistado n.º1 Delfim Fonseca Tenente-Coronel | | X | - O treino que é dado aos militares é muito generalista. - O treino não é orientado para a missão. - Com o fim da obrigatoriedade do COIR a formação e o treino relativamente a esta temática tem vindo a decair, promovendo uma grande lacuna na formação no âmbito das ONC. |
| Entrevistado n.º2 Matos Grilo Major | | X | - Esta temática deveria ser abordada de outra forma e lançada para os Comandantes, Forças e <i>staffs</i> que estão nos TO. - Há um despertar recente desta necessidade, obrigando as Forças que vão para o TO a ter formação na área da contra-subversão. |
| Entrevistado n.º3 Pinto Prata Tenente-Coronel | X | | - A formação e o treino têm sido convenientemente abordados, com excepção das FOE que não estão convenientemente preparadas para realizarem Contra-terrorismo. - Relativamente ao combate ao Terrorismo o Exército tomou medidas referidas anteriormente. |
| Entrevistado n.º4 José Ruivo Tenente-Coronel | | X | - Esta temática era convenientemente abordada no COIR. - Relativamente ao treino, orientado para a missão, tem sido abordado para justificar a actuação em termos de TTP. |

Questão IV – A doutrina Nacional sobre a subversão está adequada, face ao que se verifica nos conflitos actuais?

Quadro G.4 - Análise de resultados da questão IV.

| Respostas | Afirmativa | Negativa | Argumentação |
|--|------------|----------|--|
| Entrevistado n.º1 Delfim Fonseca Tenente-Coronel | X | | - Em 2010 foi aprovado um manual que diz respeito às ONC. - O Exército está actual, mas dá-se pouca ênfase ao treino nessas áreas. |
| Entrevistado n.º2 Matos Grilo Major | X | | - No Afeganistão apoiava muitas decisões nas publicações do Exército na Guerra-Subversiva. - Agora as coisas sendo diferentes, essa doutrina não deixa de estar próxima da realidade. |
| Entrevistado n.º3 Pinto Prata Tenente-Coronel | X | | - Os conceitos doutrinários sobre a subversão foram desenvolvidos pelo CTOE e mantêm-se praticamente actuais. |
| Entrevistado n.º4 José Ruivo Tenente-Coronel | | X | - Os princípios genéricos são aplicáveis. - A doutrina não está actualizada, tem que ser mais abrangente. - Temos que construir um manual com base na experiência. |

Questão V – Em que medida o conhecimento do modo de acção da subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, a maneira como actua e se organiza?

Quadro G.5 - Análise de resultados da questão V.

| Respostas | Afirmativa | Negativa | Argumentação |
|--|------------|----------|---|
| Entrevistado n.º1 Delfim Fonseca Tenente-Coronel | X | | <ul style="list-style-type: none"> - Os conceitos que se ensinam, sobre a subversão, são importantes para os militares para estes actuarem com mais eficácia. - Este conhecimento auxilia o sistema de informações. - É importante para perceberem e saberem fazer a análise da ameaça. |
| Entrevistado n.º2 Matos Grilo Major | X | | <ul style="list-style-type: none"> - Conseguem-se desenvolver determinados conceitos, ou determinadas formas de actuação, se conhecermos como os insurgentes actuam. - Conseguem-se desencadear medidas para contrapor o modo de actuação da subversão. - Mais facilmente se empregam ferramentas e mecanismos para conduzir a contra-subversão. |
| Entrevistado n.º3 Pinto Prata Tenente-Coronel | X | | <ul style="list-style-type: none"> - O conhecimento do In e da sua forma de combater, influencia fortemente a forma de preparar as unidades para combater e consequentemente a organização e forma de combater. - Relativamente à subversão, o Exército tem doutrina, sabe preparar as Unidades para o efeito e sabe combater. |
| Entrevistado n.º4 José Ruivo Tenente-Coronel | X | | <ul style="list-style-type: none"> - O conhecimento sobre a subversão ajuda a perceber melhor a ameaça, porque tem as suas TTP e os seus objectivos tipificados, e nós entendemos melhor a forma como esta actua e se organiza. |

Questão VI – Que tipo de formação, específica em subversão, deveria ser ministrada aos militares do Exército, e em que circunstâncias?

Quadro G.6 - Análise de resultados da questão VI.

| Respostas | Argumentação |
|--|---|
| Entrevistado n.º1 Delfim Fonseca Tenente-Coronel | - COIR, quando os militares ingressam nos quadros. - Tiro instintivo, tiro com armas de defesa pessoal, etc. |
| Entrevistado n.º2 Matos Grilo Major | - Enquadramentos teóricos sobre a subversão e contra-subversão, há luz das realidades actuais, relançados para as cadeiras de formação, na AM, na ESE, mas acima de tudo aos militares do QP, uma vez que são empossados com essas responsabilidades. |
| Entrevistado n.º3 Pinto Prata Tenente-Coronel | - Com o esforço que foi realizado, ao enviar Oficiais ao estrangeiro para se actualizarem relativamente às ameaças existentes nos TO, não será necessário, qualquer outra formação específica a ser ministrada aos militares do Exército. |
| Entrevistado n.º4 José Ruivo Tenente-Coronel | - Nos bancos da escola, ou noutra circunstância, esta área deveria ser abordada. |

Questão VII – No caso do cumprimento de missões no TO do Afeganistão, considera que os conhecimentos adquiridos anteriormente sobre subversão sejam uma mais-valia ao operar em tal situação? Pode fundamentar a sua resposta?

Quadro G.7 - Análise de resultados da questão VII.

| Respostas | Afirmativa | Negativa | Argumentação |
|--|------------|----------|--|
| Entrevistado n.º1 Delfim Fonseca Tenente-Coronel | X | | - Levam os militares a perceber com o que estão a lidar. - É necessário ter noção que o perigo está presente e os militares têm que estar atentos para minimizarem as baixas. |
| Entrevistado n.º2 Matos Grilo Major | X | | - Os conhecimentos que adquiri nesta área foram muito úteis para adaptar a doutrina quase inexistente. |
| Entrevistado n.º3 Pinto Prata Tenente-Coronel | X | | - Foi fundamental, face às ameaças existentes no TO, terem sido enviados Oficiais ao estrangeiro para aprenderem com quem já tem experiência e depois transmitirem às Unidades que são projectadas. |
| Entrevistado n.º4 José Ruivo Tenente-Coronel | X | | - Tem que existir estes conhecimentos genéricos sobre a subversão. Mas também é muito importante, existir um pacote de informações, bastante pormenorizado, sobre o teatro em concreto. Mas isto não está a acontecer. |

ANEXOS

ANEXO H – NATUREZA E TIPOLOGIA DOS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS⁹³

H.1 GENERALIDADES

Os conflitos armados contemporâneos possuem um conjunto de características próprias, resultantes de modificações verificadas sobretudo após o final da Guerra-fria. A concepção clausewitziana da guerra baseada na sua natureza trinitária, continua no entanto a ser-lhes inteiramente aplicável, se bem que de forma adaptada ao actual contexto estratégico.

A conflitualidade armada deixou de se verificar num quadro de demarcação rigorosa de fronteiras territoriais, pelo que hoje, a diferenciação tradicional entre guerras internacionais e guerras internas, deixou de ser suficientemente ampla para abarcar todo o tipo de situações verificadas. De facto, é possível identificar actualmente um tipo diferente de conflito armado que designaremos por guerra transnacional, em que as fronteiras estabelecidas pelos Estados deixaram de desempenhar qualquer papel, sendo ignoradas pela violência armada entre grupos de natureza não-estatal.

A esmagadora superioridade estratégica que hoje é apresentada por alguns Estados, induz um seu eventual opositor a confrontá-los utilizando métodos assimétricos. Existem duas variantes a considerar:

- a. assimetria negativa, (ou assimetria) que envolve uma ameaça às vulnerabilidades detectadas num dispositivo inimigo, com potencial significativamente superior;
- b. a assimetria positiva, (ou dissimetria) que utiliza potencialidades (por exemplo tecnológicas), para obter vantagens sobre um dispositivo inimigo com potencial significativamente inferior.

Em termos genéricos, a conflitualidade armada poderá assim resultar de uma combinação de tipos diferentes de guerra, envolvendo actores estatais com diferentes potenciais estratégicos relativos e/ou actores não-estatais.

O espectro de conflitualidade a considerar, compreende as guerras formais, as guerras informais e as guerras ambíguas.

H.2 GUERRAS FORMAIS

São guerras internacionais, entre entidades estatais. Correspondem ao tipo clássico de conflito armado, continuando a ser uma das mais importantes formas de conflitualidade armada. Podem apresentar duas variantes:

⁹³ Fonte: (EME, 2005, p. 1-3 - 1-5).

- a. Guerras Formais Simétricas, opondo Estados com potenciais relativos semelhantes;
- b. Guerras Formais Assimétricas (assimetria positiva ou dissimetria), opondo Estados com potenciais relativos muito desequilibrados.

H.3 GUERRAS INFORMAIS

São guerras internas ou guerras transnacionais, em que pelo menos um dos contendores é uma entidade não estatal. Tendem a verificar-se em regiões com fraca afirmação de poder estatal, onde a ocorrência de guerras formais é pouco provável, tornando-se desta forma estrategicamente significativas. Podem apresentar duas variantes:

- a. Guerras Informais Simétricas, opondo entidades não-estatais, num contexto de fraqueza ou ausência de poder estatal. São geralmente guerras transnacionais, representando uma importante alteração a considerar em termos de conflitualidade armada actual;
- b. Guerras Informais Assimétricas (assimetria negativa), opondo entidades estatais a entidades não-estatais, num contexto de tentativa de afirmação do poder por parte da entidade estatal. São geralmente guerras internas.

H.4 GUERRAS AMBÍGUAS

São um caso particular das guerras informais assimétricas, opondo entidades estatais a entidades não-estatais de origem criminosa. São guerras de natureza mal definida, contra grupos criminosos eventualmente organizados em rede, tirando partido das potencialidades que a revolução da informação proporciona. É um conflito armado que dificulta bastante a tarefa das Forças de segurança, que para nele se envolverem com perspectivas de sucesso necessitam de possuir um carácter dual militar-policial, a exemplo da Guarda Nacional Republicana, que conferem ao Estado, à partida, uma vantagem muito significativa do ponto de vista da sua capacidade de resposta a ameaças com origem em grupos criminosos organizados.

H.5 SISTEMATIZAÇÃO DA NATUREZA E TIPOLOGIA DOS CONFLITOS ARMADOS

O quadro seguinte, sistematiza a natureza e tipologia dos conflitos armados:

Quadro H.8 – Natureza e tipologia dos conflitos armados.

| Tipo de Guerra | Descrição Geral | Variantes | Contendores |
|-----------------|---|-------------------------------------|--|
| FORMAL | - Internacional - Entre entidades | Simétrica | Estados com potencial relativo semelhante |
| | | Assimétrica positiva (dissimétrica) | Estados com potencial relativo desequilibrado |
| INFORMAL | - Transnacional ou interna - Pelo menos um contendor não estatal | Simétrica | Entidades não-estatais (transnacionais) |
| | | Assimétrica negativa | Estados vs entidades estatais (interna) |
| AMBÍGUAS | - Caso particular de guerra informal assimétrica (crime organizado) | Não tem | Estados vs entidades não-estatais de tipo criminoso organizado |

Fonte: (EME, 2005, p. 1-5)

ANEXO I – ESPECTRO DAS OPERAÇÕES MILITARES

O emprego da força militar não é exclusivo das situações de guerra acontecendo, também, em resposta a crises emergentes ou em desenvolvimento e no cumprimento de missões de interesse público.

Numa situação de guerra o estado final estratégico atinge-se através da coerção, pelo que a fronteira é definida pelo grau de parcialidade.

As operações de combate devem ser entendidas como todas aquelas em que é necessário o emprego do combate tático para alcançar os objectivos definidos.

A linha do consentimento é particularmente importante em Operações de Resposta a Crises, em que o emprego da força militar poderá ou não ser aceite de igual forma por todas as partes envolvidas.

Fonte: (EME, 2005)

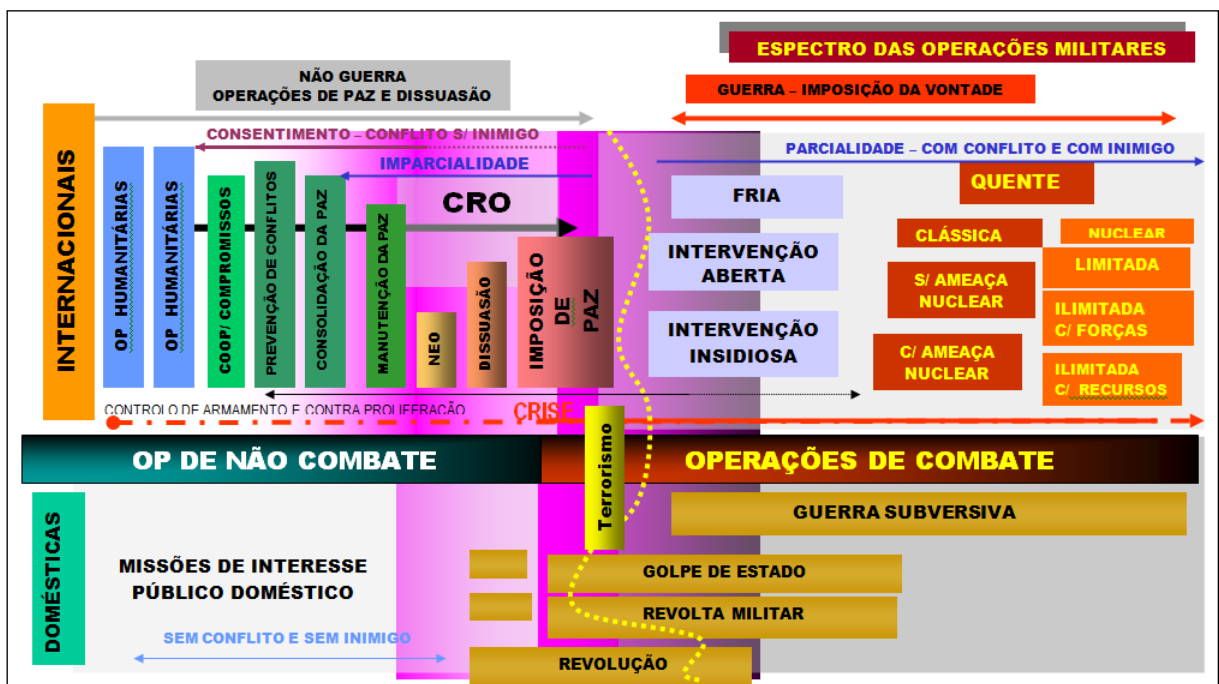


Figura I.3 - Espectro das Operações Militares.

Fonte: SET/IESM in Caravana (2009, p.70)

ANEXO J – GUERRA SUBVERSIVA

A auxiliar a subversão está uma parte da população, movida por uma razão qualquer e favorecendo ou não de ajuda exterior. Do lado da contra-subversão, está a autoridade legítima ou então ilegítima detentora do Poder, apoiada nos princípios de ordem em que se encontra investido. Quem pratica a subversão, começa com meios rudimentares de luta, evoluindo para armas ligeiras, Carros de Combate antigos, pequenas embarcações e alguma Artilharia ligeira, sem geralmente, ter acesso a meios aéreos. Quem detém o Poder terá à sua disposição os meios do respectivo Estado (Alves, 1998).

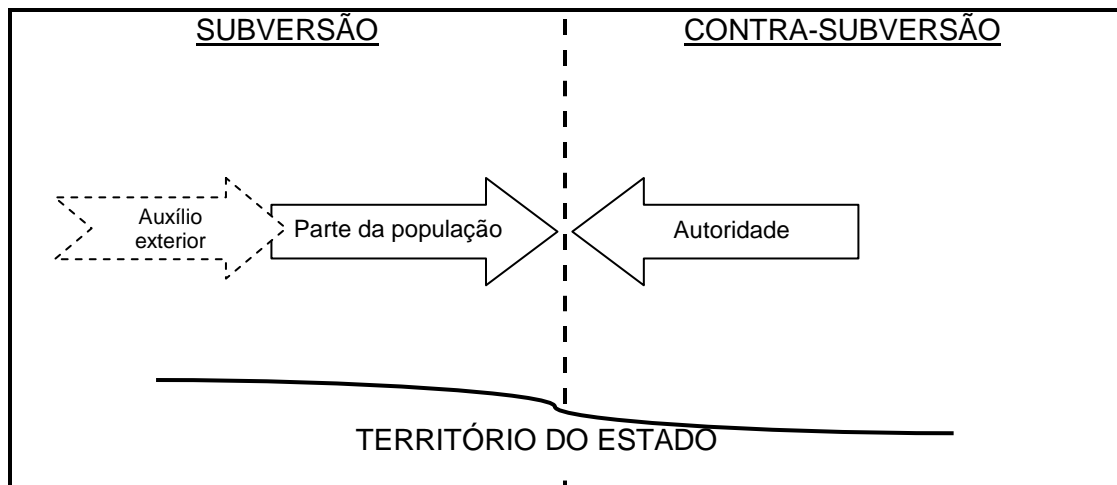


Figura J.4 – Guerra Subversiva.

Fonte: (Alves, 1998, p.242)

ANEXO K – CAPACIDADES DAS FORÇAS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

As FOE, para serem consideradas como tal, têm de assegurar as seguintes capacidades:

1. Conduzir operações em todo o espectro das operações militares, no cumprimento das suas missões;
2. Dispor de organização e aptidão para planear, executar, comandar e controlar as suas missões;
3. Conduzir actividades de forma independente ou em coordenação com Forças convencionais;
4. Conduzir operações de forma aberta, coberta ou discreta;
5. Infiltrar e exfiltrar por meios navais, terrestres e aéreos;
6. Conduzir operações e garantir a sustentação de elementos operacionais em território hostil ou negado, e garantir sobrevivência, fuga e evasão deste território, se necessário;
7. Garantir a protecção da força;
8. Dispor de comunicações seguras utilizando para o efeito equipamentos portáteis e de baixa probabilidade de detecção;
9. Operar como parte de uma estrutura conjunta-combinada, quando empenhada nestas circunstâncias.

Fonte: Exército Português, (2010, p.2-2)

ANEXO L – GUERRA CONVENCIONAL E GUERRA IRREGULAR

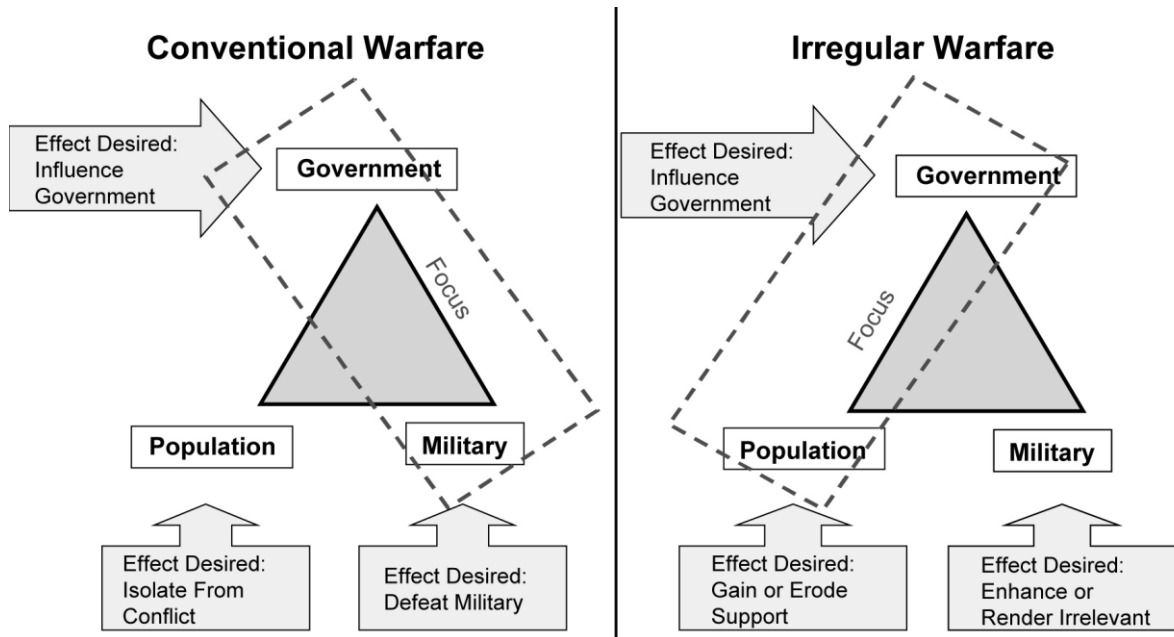


Figura L.5 – Contraste entre a Guerra Convencional e a Guerra Irregular.

Fonte: (Headquarters, Department of the Army, 2008b, p. 1-6)

ANEXO M – OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS NO AFGANISTÃO

Durante a FND de 2007, 1.º Semestre, as Forças Portuguesas produziram um produto de Operações Psicológicas, que era um panfleto distribuído à população local durante os patrulhamentos e operações. As Forças pretendiam que a população conhecesse o contingente Português como uma unidade amiga e que está no Afeganistão para ajudar a população local em colaboração com o Governo Afegão.

Portugal

Afghanistan

موندن نژدې مې يوځونه يو او د پورتگال څخه دلته راغلي يو.

We are Militaries coming from Portugal.

ما نيزوهای نژدې ما هستيم که از پورتگال به اینجا آمدیم.

مونډو دلته د افغانستان د دولت د هېکاري لپاره راغلي يو. او نن څنگي مونډ د امنيت او سوکالي لپاره ځيږه وان يو. مونډن هوښه په خوږه د ازبوي ملي او پوليس ملي سره په کتل بوښت يوونډ خو يوږن امنه او پرسوقه اوبده سولسو فوډلوونو لپاره جوړه کوو.

We are in Afghanistan to help your government to guarantee a safe and secure environment. We are working with the Afghan National Police and the Afghan National Army to build a peaceful future for your families and your home country.

ما د افغانستان برای کمک دولت شما و ضمانت یک محیط امن و باثبات میاتیم. ما شانه به شانه با ازبوی ملي و پوليس ملي شما کتل موکتیم تا یک آینده درخشان و پرسامن را برای ما میل های تان بسازیم.

INTERNATIONAL SECURITY ASSISTENCE FORCE

مونډر سولسو د بشپړ هېکاري په نښه بوا.

We ask you for your confidence and your cooperation!

ا تمېډان و هېکاري بېشتر شما هستيم.

منا سپوه مننه.

Thank You

نفسکر از شما

ISAF
کوتک او همکاري

Figura M.6 – Panfleto de Operações Psicológicas
Fonte: (RFM/1.º/2007)

Os movimentos subversivos também distribuem diversos tipos de mensagens subversivas e anti ISAF.



Figura M.7 – Exemplo de mensagem subversiva.
Fonte: (RFM/1.º/2007)

